

A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E A DIMENSÃO GEOGRÁFICA DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS*

PHILIP GUNN
TELMA DE BARROS CORREIA

* Tradução de Rodrigo Nuñez Viegas, revisada por Telma de Barros Correia.

RESUMO *Em razão da predominância da produção voltada para a exportação de bens agrícolas, tais como açúcar, café e algodão, a industrialização brasileira no século XIX e na primeira metade do século XX foi parcial, tanto em seu conteúdo quanto em sua extensão geográfica. A expansão da economia do café e a chegada, no final do século XVIII, de um novo e centralizado processo de transformação industrial da cana-de-açúcar sustentou a dominância da produção de exportáveis, permitindo o surgimento de um setor industrial têxtil que se expandiu geográfica e economicamente no século XX. A ausência de informação censitária industrial para o período que antecede o ano de 1920 impediu a realização de estudos mais gerais sobre a história industrial brasileira. O presente artigo trata da evolução histórica da indústria brasileira do ponto de vista da dimensão espacial dos estabelecimentos industriais, no que diz respeito às instalações residenciais, de serviços e da mão-de-obra. Desde 1996, um arquivo contendo dados sobre assentamentos industriais com vila operária foi parcialmente elaborado abrangendo mais de 80% do território brasileiro. Esse material permitiu uma descrição geral dos estabelecimentos industriais em cada região do Brasil no período de 1810 até o presente.*

PALAVRAS - CHAVE *Geografia industrial; arqueologia industrial; vila operária.*

ALGUMAS PECULIARIDADES HISTÓRICAS E ESPACIAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E DE SEU ESTUDO

O presente artigo trata da dimensão espacial dos estabelecimentos industriais brasileiros. No campo acadêmico do estudo desses estabelecimentos, tal interesse tem sido expressado particularmente em trabalhos geográficos baseados em dados censitários fornecidos pela agência nacional FIBGE, no período de 1950-1985. Entretanto, interesses privados têm impedido legalmente a publicação de informações sobre a localização de firmas individuais, assim como informações em base municipal sobre atividades industriais de localidades envolvendo três ou menos estabelecimentos industriais.¹ Em certa medida, isso resultou em uma grande aproximação da Geografia Industrial com a Economia Regional e os estudos do desenvolvimento. Todavia, numa perspectiva mais ampla, tem também limitado a possibilidade de diálogo com outros campos acadêmicos, como o da arqueologia industrial, da história econômica das empresas (cf. Szmrecsányi & Maranhão,

1 Ver dados industriais de firmas anônimas por áreas municipais na *Enciclopédia municipal* (IBGE, 1959).

2002) e dos estudos urbanos. Dando início à pesquisa, na extremidade espacial oposta do indivíduo, empresas localmente específicas, associações ou companhias, implica inverter a necessidade de mapear geograficamente estudos de caso existentes e referências na tentativa de contextualizar informação de companhias com tendências históricas econômicas em diferentes escalas espaciais.

Este artigo pretende contribuir para a “geografia da localidade”, uma vez que a questão da escala geográfica local possui uma importância primária evidente para o estudo da localização industrial. A literatura histórica sobre as implantações industriais tende a se focar na escala de análise local, muitas vezes com o uso de estudo de caso e histórias comparativas de companhias tanto estatais quanto privadas. A localidade tem sido utilizada para identificar funcionalmente a organização espacial da atividade industrial do ponto de vista da aplicação territorial do capital, bem como do ponto de vista da formação, uso e reprodução da mão-de-obra. Assim como a localização, a organização das fábricas, suas usinas de energia, seu planejamento de transporte, seus alojamentos residenciais e instalações urbanas, todos esses elementos implicam relações sociais baseadas em rotinas e práticas de trabalho específicas. É nesse sentido que a experiência das companhias industriais torna-se um ponto de observação privilegiado para a compreensão das características dos assentamentos humanos.

Num sentido acadêmico corrente no Brasil, tem havido uma multiplicidade de livros, monografias, *papers*, dissertações e teses baseados em estudos de caso especiais de indústrias, tecnologias, companhias, proprietários e trabalhadores. Regiões específicas ou Estados têm sido também objeto de estudos de empresas e vistos como relevantes para o tema dos assentamentos induzidos pelas companhias em estudos da industrialização brasileira. Períodos específicos desse desenvolvimento histórico do país, relevantes para estudos de assentamentos, incluem uma série de agendas de pesquisa sem restrições. As questões propostas são variadas, incluindo, no século XVIII, a política colonial e a proibição, pelo marquês de Pombal, da manufatura industrial no Brasil. No século XIX, o contexto histórico para os assentamentos industriais envolveu o fim da escravidão e a falta de indústria doméstica antes das inovações dos anos 1880. Para o século passado, os estudos sobre esses assentamentos foram beneficiados pelo conhecimento de muitos trabalhos complementares sobre substituição de importação e descentralização de mercado para indústrias têxteis e de origem urbana (cf. Stein, 1979). A história da indústria pesada brasileira de meados do século XX e o surgimento de assentamentos urbanos planejados indicam outro tema relevante. Nas décadas mais recentes, no que diz respeito aos assentamentos, foram levantadas questões quanto às práticas fordistas de localização industrial e especialmente à mudança dos padrões de implantação das residências operárias. Outra preocupação acadêmica atual é com a descentralização industrial de cunho neoliberal e o declínio das práticas de assentamento urbano industrial. Um diálogo interdisciplinar complementar torna-se um pré-requisito para o conhecimento contextualizado nos estudos sobre assentamentos específicos.

Um trabalho inicial visando à formação de um registro brasileiro de localidades com herança industrial, tendo por base estudos como o do arquivo Nuvila,² é a produção de guias locais e bibliografias anotadas. No século XX, esse tipo de trabalho teve escopo nacional, sendo empreendido por agências acadêmicas especializadas, tal como o Conselho de Bibliotecários de Planejamento nos Estados Unidos (Council of Planning Librarians in the United States) (Porteous, 1971; Levenson, 1977), ou pesquisas governamentais, como no caso do Canadá, onde, em Ottawa, uma Comissão Real de

² O arquivo Nuvila foi montado pelos pesquisadores Philip Gunn e Telma de Barros Correia, no período de 1996 a 2005, a partir de pesquisas em arquivos, bibliotecas, prefeituras, museus e em acervos particulares e de visitas a vilas operárias e núcleos fabris, localizados em diversos estados do Brasil (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). O arquivo inclui fotos, mapas, plantas, documentos, matérias publicadas em jornais e revistas, livros, folhetos, teses, dissertações, artigos etc. que tratam da construção, das transformações e do desmonte de vilas operárias e núcleos fabris erguidos no Brasil – no período de 1820 a 2000 – por indústrias e por empresas de mineração.

Concentração Empresarial (Royal Commission on Corporate Concentration) produziu evidências valiosas sobre “cidades de uma só indústria” (Himelfarb, 1976). Essa pesquisa tornou-se disponível para pesquisadores preocupados com estudos bibliográficos no Canadá (Maguire, 1980). Nos anos 1970 e 1980, apareceram nos Estados Unidos muitos estudos bibliográficos no campo do planejamento locacional, embora mais especializados em dimensões arquitetônicas (Write, c1983). Na Inglaterra, organizações como a Associação Automotiva (Automobile Association) produziram guias especializados em sítios com herança industrial (Trinder, 1988), enquanto guias especificamente arquitetônicos só se tornaram disponíveis mais recentemente. Para o caso do Brasil, o presente artigo é concebido como um estudo geográfico inicial que se pretende parte da categoria guia e publicação bibliográfica.

A estrutura do texto segue a divisão oficial do território brasileiro em cinco áreas macrorregionais: Nordeste, Sudeste, Sul, Centro, Centro-Oeste e Norte. A parte inicial do presente estudo trata principalmente das fábricas de algodão na industrialização dos estados do Nordeste do Brasil. Não obstante, versões ulteriores deste trabalho deverão reconhecer a importante herança dos engenhos de cana-de-açúcar nessa região, especialmente nas planícies litorâneas dos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e do entorno da Baía de Todos os Santos, na Bahia. A segunda parte trata do importante componente da industrialização no Brasil que foi o estabelecimento histórico da economia cafeeira como central no Brasil do século XIX. Por essa razão, uma parcela considerável deste artigo dedica-se a localidades situadas em um triângulo industrial composto principalmente pelos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e, particularmente, São Paulo e sua capital. Nesse último caso, o artigo empenha-se na tentativa de esboçar as características locais dos estabelecimentos industriais durante a transição urbana da cidade de São Paulo da condição de capital para a de Região Metropolitana. Em razão do número dos locais registrados, essa tentativa optou por seguir a história da companhia IRFM [Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo], um grupo industrial fundado pelo imigrante italiano Francisco Matarazzo. Dessa forma, a indústria no interior do Estado de São Paulo será aqui considerada segundo quatro áreas diferentes desse Estado. Uma terceira parte do artigo trata de uma herança industrial que surgiu em grande escala a partir das colônias agrícolas de imigrantes europeus no Sul do Brasil. A quarta parte trata das regiões Centro-Oeste e Norte. No Centro-Oeste, bastante trabalho de arquivo ainda resta por fazer, situação essa que se estende para a Amazônia, onde a disponibilidade de material bibliográfico é mais expressiva. Dadas as características geográficas da bacia amazônica, essa parte do artigo trata particularmente do agronegócio e das indústrias baseadas em recursos naturais e identificadas com o conceito de “lonjura” ou “distanciamento” (*remoteness*). A parte final do artigo considera a herança industrial registrada em meio às mudanças históricas nos conceitos de assentamento.

Este estudo não aspira a ser um registro completo dos assentamentos de fábrica com dimensões urbanas. E ainda menos pretende ser um guia geral da expansão fabril no Brasil durante os últimos dois séculos. Algumas menções à implantação da indústria da cana-de-açúcar e de empresas de serviço público de energia elétrica são feitas no artigo. Contudo, em razão do tamanho atual do material arquivado disponível, a intenção é preparar *papers* distintos para esses setores industriais. O arquivo atual Nuvila não é o resultado de iniciativas de financiamento de uma pesquisa de vulto de curto prazo.³ Ao contrário, a pesquisa de campo resultou das possibilidades de viagem baseadas em deveres acadêmicos diversos, como participação em congressos, seminários e bancas de tese em

³ Exceções foram o apoio para viagem de pesquisa ao Sul concedido pela Fapesp e o apoio do CNPq por meio da bolsa de Produtividade em Pesquisa.

todo o país. Nesses termos, os autores vêem esse projeto como uma iniciativa de longo prazo, que se iniciou em 1996.

FÁBRICAS TÊXTEIS NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Até agora, no arquivo Nuvila não existem registros para o Piauí, porém o material arquivado do Ceará contém exemplos de localidades com herança industrial, situadas na ou perto da capital do Estado, Fortaleza. Essa capital cresceu particularmente após a escravidão, que no Ceará teve seu término em 1884. Em suas áreas rurais, o calor e o clima seco nunca favoreceram a produção de cana-de-açúcar, mas foram favoráveis à produção de algodão.

A exportação de algodão, juntamente com inovações como telégrafo, ferrovias, bancos e instalações portuárias levaram a uma renovação do comércio e ao crescimento urbano de Fortaleza. Após 1889, no início da era republicana do Brasil, a moagem do algodão e a importação de maquinarias industriais levaram a um início de uma base industrial de produtos têxteis e, mais tarde, de moagem de farinha. Os proprietários das fábricas, tais como as famílias Siqueira & Gurgel ou os proprietários da Fábrica Progresso, construíram vilas residenciais perto das indústrias da capital do Estado. Na parte oeste do centro da cidade, particularmente perto dos novos trilhos das ferrovias, várias fábricas foram abertas no distrito de Jacarecanga, aí construindo vilas operárias. Anteriormente a área era ocupada por residências de moradores mais ricos da cidade, que em seguida migraram para o novo distrito residencial de Aldeota, no lado oriental oposto ao antigo centro colonial e comercial. O distrito de Jacarecanga também se transformou no lar de muitos dos trabalhadores fabris como os da Fábrica de Tecidos São José, da Fábrica Santa Cecília, da Fábrica Baturité etc.

No Estado do Rio Grande do Norte, com sua capital Natal, um desenvolvimento simultâneo de novas fábricas têxteis deu-se no começo do século XX com a Fábrica de Tecidos Jovino Barreto, dotada de residências para seus trabalhadores situadas na vila operária situada na Rua Cussy de Almeida. O arquivo Nuvila contém também material sobre estabelecimentos de mineração do interior desse Estado, em Currais Novos, onde duas firmas, “Barra Verde” e “Mina Verde”, instalaram-se sucessivamente nos anos 1950. No Estado da Paraíba, perto da capital João Pessoa, está localizada a cidade de Santa Rita, com uma tradição industrial de engenhos de cana-de-açúcar. Entretanto, a cidade, que possuía uma ligação ferroviária com a capital, tornou-se o local para instalação de outra fábrica têxtil construída pela Companhia de Tecidos Paraibana no princípio do século XX. Nesse Estado, em 1924, foi inaugurada, pelo Grupo Lundgren, a Fábrica de Rio Tinto, junto à qual foi implantado um notável núcleo residencial que chegou a contar com cerca de 2.600 casas – além de equipamentos de uso coletivo e comércio – na década de 1950, constituindo-se então na terceira maior “cidade” da Paraíba.

Em Pernambuco, os sítios industriais concentraram-se historicamente nas planícies litorâneas (Zona da Mata), próximos à capital do Estado, Recife. A planície litorânea tem sido, desde os tempos coloniais, o *locus* tradicional da indústria canavieira pernambucana. Embora não seja discutido neste artigo, o arquivo Nuvila contém vários exemplos desse tipo de assentamento agroindustrial e que merece estudos específicos no futuro. Começando no século XIX, o arquivo possui material sobre a indústria de pólvora de Pernambuco,

Figura 1 – Casas na vila operária da Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna, erigida na década de 1930, em Goiana, Pernambuco.



Foto: Philip Gunn, 2000

construída em 1861, ao sul da capital, em Pontezinha, na área municipal local do Cabo. Negócios distintos da indústria têxtil também incluíam as usinas metalúrgicas de “E. Lucena S.A. Indústrias Metalúrgicas”, sediadas no distrito de Recife, em Capunga, desde o final do século XIX. No setor têxtil, uma das primeiras manufaturas de fiação e tecelagem foi a “Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco S.A.”, sediada no distrito da Torre, ao lado do Rio Capibaribe, criada em 1884. Após 1890, um *boom* de novos ativos industriais na bolsa de valores, no início do período republicano, trouxe várias novas fábricas, incluindo a “Companhia Têxtil de Aninhagem”, localizada no distrito central de São José, em 1891, no Recife. No mesmo ano, na periferia norte de Recife, numa área conhecida como Paulista, a família Lundgren criou a “Companhia de Tecidos Paulista”, dando origem a um grande núcleo fabril com mais de seis mil casas de propriedade da fábrica (cf. Leite Lopes, 1988). A “Companhia Industrial Pernambucana”, no mesmo ano de 1891, também iniciou suas operações nos subúrbios situados a noroeste, em Camaragibe.

Esse exemplo foi seguido, em 1893, pela “Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna”, com sua fábrica de fiação e tecelagem em Goiana, perto da fronteira com o Estado da Paraíba. Na capital, Recife, durante esses anos, outra fábrica de fiação e tecelagem surgiu no distrito de Apipucos em 1895, conhecida no século XX como “Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A.”. Nas décadas seguintes, outras fábricas têxteis foram estabelecidas em pequenas cidades ligadas à capital, por iniciativa da “Société Cotonnière Belge-Brésilienne”, em Moreno, no ano de 1908, e, mais tarde, pela empresa “Fiação e Tecelagem de Timbaúba”, em Timbaúba, próximo à divisa com a Paraíba, no ano de 1911. Nos anos 1920 e 1930, investimentos adicionais em fábricas têxteis com moradia para trabalhadores foram realizados na “Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco”, no bairro de Santo Amaro, no Recife, em 1926; no “Cotonifício José Rufino”, no Cabo, em 1926; e na “Fábrica Iolanda”, em Jequiá, distrito do Recife, em 1937. Em ligação com

os recursos naturais do Estado e com a indústria da cana-de-açúcar, a “Fábrica Tacaruna”, entre Recife e Olinda, foi equipada em 1924.

Fora a indústria têxtil, uma variedade de plantas industriais com vilas operárias existiu em Pernambuco. No início do século XX, unidades de processamento de alimentos foram estabelecidas na “Fábrica Peixe” e na “Fábrica Rosa”, em Pesqueira, a cerca de 180 quilômetros do Recife, na região montanhosa do agreste do Estado. Em menor escala, ainda fora da indústria têxtil, a firma “Fibras Nordeste Ltda.”, trabalhando com fibras naturais, se localizou próximo à capital do Estado, em Igarassu. Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1941, uma nova fábrica de moagem de farinha, o “Moinho Recife”, foi construída com uma vila residencial em Campo Grande, no Recife. Após a Segunda Guerra Mundial, fábricas de cimento foram fundadas, incluindo a “Fábrica de Cimento João Santos”, em Itapessoca, e a “Companhia de Cimento Portland Poty”, em Paulista, construída em 1942, de propriedade do atual Grupo Votorantim. Esse mesmo grupo controla uma usina química de cloro da “Companhia Agro-Industrial de Igarassu”, localizada em Igarassu desde a década de 1950, tendo junto a si um núcleo fabril.

A história da indústria têxtil em Pernambuco produziu importantes contribuições para a literatura sobre relações de classe e distribuição espacial das indústrias, como o trabalho pioneiro do antropólogo José Sergio Leite Lopes. As raízes religiosas do pensamento social católico, com presença peculiar no paternalismo industrial brasileiro, estão visíveis em ampla medida no papel do engenheiro e industrial Carlos Alberto de Menezes, com sua experiência inicial de administração do núcleo da fábrica “Companhia Industrial Pernambucana”, em Camaragibe. Num passado mais recente, o desmonte de vilas operárias e núcleos fabris, como investigado no estudo de Leite Lopes sobre Paulista, pode ser visto em outros exemplos importantes, como os das fábricas de cimento Poty, em Paulista, e da fábrica têxtil Iolanda, no Recife. A partir do arquivo Nuvila sobre Pernambuco, estudos ulteriores são necessários, no que diz respeito a assentamentos de cana-de-açúcar na região litorânea, bem como para o agronegócio no planalto do sertão, em Petrolina, as minas de calcário, próximo a Salgueiro e a usina hidrelétrica de Itaparica, no Rio São Francisco.

O Estado de Alagoas tem uma história de manufatura em fábricas têxteis desde o século XIX, quando a “Fábrica União Mercantil”, de Fernão Velho, iniciou uma das primeiras operações fabris do país, em 1845. Por grande parte do subsequente século XX, a fábrica foi dirigida pela firma “Othon Bezerra de Mello Fiação e Tecelagem S.A.”, que também possuía fábricas têxteis em Pernambuco e Minas Gerais. Ainda sob o governo imperial, uma fábrica inicialmente chamada “Alagoana de Fiação e Tecidos”, que posteriormente veio a se chamar “Fábrica Cachoeira”, foi construída pela “Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos”, situada em Cachoeira, próxima à capital do Estado de Alagoas, Maceió. Na era republicana, em 1892, duas outras fábricas foram fundadas perto de Maceió: a “Fábrica Progresso Alagoano”, construída pela “Cia. Alagoana de Fiação e Tecidos”, localizada em Rio Largo, e uma fábrica de propriedade da “Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos”, localizada em Pilar. No decurso da última década do século XIX, mais uma fábrica com vila operária foi fundada, em 1897, pela firma “Industrial Penedense”, em Penedo, próximo à foz do Rio São Francisco. Perto de Penedo, outra unidade – a “Fábrica Marituba” – iniciou suas operações nos anos 1940 em Piaçabuçu.

Nas terras do sertão de Alagoas, um dos mais conhecidos estabelecimentos industriais brasileiros – a fábrica de linhas da Pedra – foi construído em localidade que hoje leva o nome de seu fundador, Delmiro Gouveia. Pedra foi uma estação de trem de uma linha que ligava Piranhas a Petrolândia, e que se desviava das cachoeiras de Paulo Afonso,

no Rio São Francisco. Produtos fabris eram despachados para o mercado por meio do trem para Piranhas, e então seguia pelo rio para os portos de Penedo e Maceió. A Vila de Pedra era servida de eletricidade pela primeira estação de energia do rio, construída por Delmiro Gouveia, em 1912. A história do início desse assentamento foi pormenorizada em uma tese de doutorado de autoria de Telma de Barros Correia (1998) e revela as relações espaciais entre as construções da fábrica, as longas ruas com varandas e árvores, as praças e as instalações sociais fornecidas pelo fundador. O próprio Delmiro Gouveia tem sido tema de muitos relatos bibliográficos, que têm se inclinado a representá-lo como um empresário brasileiro modelo – um *self made man* –, pioneiro e nacionalista, com raízes comerciais na troca por atacado de peles e couros do sertão e, além disso, com experiência em inovações no varejo, tal como o Mercado do Derby, no Recife. Sua vida agitada, com lutas políticas, disputas comerciais e envolvimento românticos, teve fim com sua morte por assassinato em 1917. A história da “Fábrica da Pedra” tem ligação com a família Menezes de Camaragibe, que a adquiriu após a morte de Delmiro.

Outro sítio industrial ainda funcionando como uma fábrica têxtil está localizada no outro lado do Rio São Francisco, em Sergipe. A “Fábrica da Passagem”, em Vila Nova, na área municipal de Neópolis, foi fundada em 1907. Sua vila conta com igreja e cinema da empresa, ampla praça e ruas com moradias operárias.

As primeiras fábricas no Estado da Bahia eram localizadas ao sul de Salvador. Esse foi o caso da “Fábrica Todos os Santos”, em Valença, dotada de moradias para operários. A outra fábrica dessa cidade, também com sua própria vila operária, foi fundada em 1844 com o nome “Fábrica Nossa Senhora do Amparo”. Posteriormente, mudou seu nome para “Companhia Valença Industrial”.

Em Salvador, a primeira vila operária, chamada Boa Viagem, datada de 1891, localizava-se ao lado da fábrica nomeada “Empório Industrial do Norte”. Essa companhia, comandada pelo conhecido homem de negócios Luis Tarquínio, continuou em operação até 1995. No bairro de Brotas, outra fábrica têxtil foi fundada, em 1893, pela “Companhia União Fabril”, que também construiu a Vila São Salvador. Outras fábricas acompanharam esse movimento, como foi o caso da “Companhia Progresso Industrial da Bahia”, no bairro Península. No bairro da Plataforma, a “Companhia Progresso” e a “União Fabril” inauguraram a “Fábrica de Tecidos São Brás”, com sua vila operária, sendo responsável igualmente pela “Fábrica de Tecidos do Queimado”. A projetada Vila do Queimado, entretanto, não foi construída.

Fora da capital do Estado da Bahia, quando o petróleo foi descoberto na Bahia, após 1938, alojamentos operários foram construídos pelo Conselho Nacional de Petróleo, de propriedade do Estado, em Candeias, em 1945 e 1946. Mais tarde, durante o período em que incentivos industriais foram fornecidos pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, no final dos anos 1970, uma cidade inteira da companhia de mineração de cobre foi projetada para o sertão, com uma área residencial da companhia, pelo arquiteto paulista Joaquim Guedes, e construída em Pilar, pela companhia “Caraíba Metais S.A.”, em 1978.

O TRIÂNGULO INDUSTRIAL NO SUDESTE DO BRASIL

Os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo não esgotam a história do assentamento industrial do Sudeste do Brasil. No Estado do Espírito Santo, no decurso

dos anos 1970, o arquiteto paulista Cândido Malta Campos Júnior projetou um assentamento industrial com um pequeno núcleo urbano na Vila Coqueiral, construído pela “Companhia Aracruz Celulose S.A.”, próximo à sua planta industrial, localizada a cerca de 100 quilômetros ao norte da capital do Estado e inaugurada em 1978. Essa companhia era então composta por duas empresas: a Aracruz Florestal S.A. (ARFLO), criada em 1967; e a Aracruz Celulose S.A. (Arcel Company), fundada em 1975 com participação do BNDE, quando o setor de papel e celulose foi escolhido entre as prioridades do II Plano Nacional de Desenvolvimento dos governos militares (II PND). Da mesma forma que a celulose e o papel foram prioridades para o governo militar, a produção em larga escala pela indústria pesada do aço e ferro foi caracterizada como prioridade pelo governo militar nos anos 1970, exatamente como nos anos 1940. O arquivo Nuvila também contém uma referência a uma área residencial para famílias de trabalhadores empregados pela “Cia. de Ferro e Aço S.A.”, em Vitória, no ano de 1942. Nos anos 1940, vias férreas começaram a conectar as minas de ferro de Minas Gerais com o porto mais próximo, Vitória, e foram requeridas residências para os empregados da direção e de reparação nas estações das novas linhas férreas da “Companhia Vale do Rio Doce”. Tais exemplos requerem ainda pesquisas adicionais, como no caso mais recente da usina de aço de Tubarão (CST), instalada perto de Vitória nos anos 1970. Todavia, ambas são importantes quando vistas como uma expansão da exploração mineral que começou muito mais cedo com investimentos no vizinho Estado de Minas Gerais.

A INDUSTRIALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS

De algum modo, as primeiras empresas brasileiras de mineração e fundição de metal foram tão importantes quanto as fábricas têxteis no início da industrialização do Brasil, no século XIX. A mineração de ouro e metais preciosos durante os tempos coloniais, nos séculos XVII e XVIII, foi a força inicial para o estabelecimento colonial no Sudeste do Brasil, no caso da Província de Minas Gerais. No século XIX, ouro, zinco e ferro foram a base para muitos empreendimentos industriais nesse território.

Com a abertura da economia brasileira, que coincidiu com a chegada da família real portuguesa em 1808, durante a guerra napoleônica na Europa, novos empreendimentos industriais começaram a aparecer tanto em São Paulo como em Minas Gerais. Os incentivos e concessões reais levaram à fundação, em 1812, da “Real Usina de Ferro do Morro do Pilar”, em Conceição, nas montanhas da Serra do Espinhaço, perto de Timóteo, Minas Gerais. Outra iniciativa real nessa mesma época foi a criação de fundições de ferro na “Fábrica de Ipanema”, próximo a Sorocaba, em São Paulo, iniciada em 1811, sob a supervisão do engenheiro militar germânico major Varnhagen. De 1815 até 1821, essa fábrica utilizou-se de trabalho escravo, com fornecimento de moradia. Na mesma época, em Minas Gerais, outro engenheiro militar, Eschwege, deu início, em 1812, à operação da “Fábrica de Ferro do Prata”, também conhecida como “Usina Patriótica”, em local hoje próximo a Itabirito. Fracassos na viabilização desses empreendimentos não impediram novas tentativas de produção, posteriormente, ainda no século XIX. Após a abolição da escravatura, em Itabirito, próximo ao mesmo local da “Usina Patriótica”, a fundição “Usina Esperança” foi inaugurada em 1888, tendo, nas décadas seguintes, se tornado um dos maiores estabelecimentos de fundição de ferro do país. Uma fundição menor, a “Usina da Serra Geral S.A.”, também com alojamento para operários, foi registrada em Itabirito. A mineração industrial de ouro por companhias inglesas utilizando

trabalho escravo no século XIX foi estudada por Libby (1984). Nesse contexto, talvez o exemplo local mais importante seja o da Mina de Morro Velho, explorada pela “Saint John D’El Rey Mining Company”, a partir de 1834, na vila de Morro Velho, hoje cidade de Nova Lima, próxima a Belo Horizonte. Os alojamentos residenciais e as condições de trabalho nessa mina foram descritas por Burton (1983).

Ao norte de Belo Horizonte, em Matozinhos, uma fundição de zinco com alojamento operário foi estabelecida pela “Fábrica Montana”, que mais tarde viria a ser de propriedade da “Thyssen Fundições Ltda”. Em 1969, outra fundição e mineradora de zinco foi fundada pela “Companhia Mineira de Metais”, de propriedade do Grupo Votorantim. A extensa área residencial desenvolvida pela fábrica CMM situa-se na localidade de Três Marias.

As principais metalúrgicas do Estado estão, entretanto, localizadas no nordeste de Belo Horizonte, no chamado Vale do Aço, e na rota para o sul, de Belo Horizonte em direção ao Rio de Janeiro. Nos limites ao nordeste de Belo Horizonte, uma fundição de ferro foi fundada em 1925 pela “Cia. Ferro Brasileiro S.A.”, em Caeté. Ali perto, em Sabará, capital belga participou no estabelecimento da “Siderúrgica Belgo-Mineira”. A mesma companhia abriu uma segunda usina no assentamento projetado em Monlevade, no ano de 1935. Nas décadas que precederam a Segunda Guerra Mundial, houve uma campanha política intensa pela nacionalização dos recursos minerais do país. Em Minas Gerais, esse debate focou atenção nos depósitos de minério de ferro de propriedade do empresário americano Percival Farquhar e levou à criação da empresa estatal “Companhia Vale do Rio Doce” (CVRD), que assumiu o comando das concessões da mina Itabira, em 1942, e forneceu alojamentos residenciais para os empregados em Itabira. Com as novas operações da CVRD, no início dos anos 1940, uma iniciativa complementar ordenada pelo Estado para a exportação de minério de ferro foi a construção de uma conexão ferroviária com o porto de Vitória pela nova companhia ferroviária Estrada de Ferro Minas Vitória, que também forneceu alojamento residencial em Itabira. Mais adiante, ao noroeste, no Vale do Aço, no então local de Coronel Fabriciano, dois outros projetos de companhias levaram à criação de importantes assentamentos urbanos. Embora derrotado em suas tentativas de manter a propriedade das minas de Itabira, Farquhar colaborou com o governo federal e seu especialista em mineração, o general Macedo Soares, para, em 1944, a fundação de uma nova siderúrgica, a Acesita, cujo projeto incluiu um amplo e moderno núcleo fabril denominado Timóteo, que se tornou uma área municipal independente nos anos 1960. Nas décadas posteriores, essa companhia, agora de propriedade do grupo europeu Accor, especializou-se na produção de aço inoxidável. No lado oposto da área municipal de Coronel Fabriciano, outro empreendimento em aço iniciou suas operações em 1953, em Ipatinga. Essa siderúrgica foi favorecida por investimentos estatais em razão do II Plano Nacional de Desenvolvimento e expandiu-se consideravelmente pela administração da companhia Usiminas. A crescente cidade de Ibatinga tem muitas áreas residenciais construídas pela companhia para seus empregados.

Outros estabelecimentos de mineração de aço e ferro podem ser vistos na rota ao sul de Belo Horizonte em direção a Juiz de Fora e Rio de Janeiro. Em Ouro Preto, desde 1936, surgiu o assentamento em Saramenha, com moradia e equipamentos de uso coletivo construído pela companhia “Alcan – Alumínio do Brasil S.A.”, para abrigar seus empregados. Também nas proximidades de Ouro Preto, outra iniciativa de usina de aço baseada no II Plano Nacional de Desenvolvimento foi desenvolvida pela companhia estatal de aço Açominas, com áreas residenciais construídas por ela até 1985. Em Congonhas,

Figura 2 – Núcleo fabril de Biribiri, criado por fábrica têxtil em Minas Gerais, a partir da década de 1870.



Foto: Philip Gunn, 1998

desde 1923, a companhia de mineração “Cia. de Mineração de Ferro e Carvão” (Ferteco) possuía alojamento residencial para os trabalhadores de sua mina. Outras empresas exploradoras de minério de ferro em Congonhas e Conselheiro Lafaiete contaram com moradia para os mineradores. Um exemplo notável foi Casa de Pedra, um amplo núcleo fabril erguido na década de 1940 pela “Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)”, vinculado a uma unidade destinada a prover minério para o primeiro complexo fundidor de larga escala do Brasil, em Volta Redonda, criado em 1942, no Estado do Rio de Janeiro.

O Estado de Minas Gerais tem sido também um dos principais locais da indústria têxtil brasileira. Distribuídas por todo o Estado, muitas fábricas têxteis foram construídas no século XIX para abastecer os mercados regionais locais, antes mesmo da chegada das vias férreas, e foram construídas com moradia para seus operários. A nova capital do Estado, Belo Horizonte, construída após 1894, não constituiu um centro industrial durante a Primeira República do Brasil. Nela registramos apenas uma fábrica com vila operária: a “Cia. Renascença Industrial”, que iniciou suas operações em 1937. Pouco distante de Belo Horizonte, próxima à cidade de mineração de Itabira, uma fábrica têxtil, a “Fábrica de Tecidos da Gabiroba S.A.”, foi construída em 1876 pela “Cia. Itabirana Gabiroba”, com moradias, alojamentos e equipamentos para seus empregados. Também nas proximidades de Itabira, outro pequeno núcleo fabril surgiu em 1888, reunindo moradias, escola e armazém de consumo, criado pela fábrica têxtil “Cia. Fabril Pedreira”. Bem mais distante, cerca de duzentos quilômetros para o noroeste da futura capital do Estado, o bispo católico Dom João Antônio dos Santos criou, em 1876, a “Fábrica Biribiri”, em localidade rural próxima a Diamantina, junto à qual ergueu um núcleo fabril com casas, alojamentos, igreja etc. Esse assentamento é um dos mais bem preservados locais industriais do século XIX no Brasil. O trabalho nessa fábrica era na maior parte realizado por moças solteiras, alojadas em dormitórios que em Minas Gerais tornaram-se conhecidos como

conventos, ambientes adequados ao regime disciplinar rígido imposto às operárias. Próxima a Diamantina, em Gouveia, outra fábrica têxtil foi aberta em 1932 pela companhia “Cia. Industrial São Roberto”, incluindo um amplo núcleo fabril com casas, clube, cinema, escola, igreja etc., em cuja paisagem se destaca um grupo de construções de tendências déco.

Em meados do século XIX, na parte oeste de Minas Gerais, o próspero fazendeiro Antônio Gonçalves Mascarenhas e seus filhos vieram a constituir uma das mais importantes famílias industriais do ramo têxtil do Brasil. Antônio Candido, Bernardo e Caetano Mascarenhas foram responsáveis por uma fábrica têxtil inicial, a “Fábrica de Cedro”, em Tabuleiro Grande (mais tarde Caetanópolis) em 1872. Em 1877, outros irmãos, Pacífico, Victor e Francisco de Paula, junto com um cunhado, Luiz Augusto Barbosa, foram responsáveis pela companhia “Mascarenhas Irmãos & Barbosa”, que construiu a “Fábrica da Cachoeira”, em Inimutaba, localizada não muito distante da “Fábrica de Cedro”. Em 1883, os dois grupos de irmãos fundiram suas firmas e criaram uma nova companhia chamada “Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira”. No lado sul do Estado, Bernardo Mascarenhas foi um dos primeiros homens de negócio brasileiros a usar energia elétrica em sua própria fábrica têxtil, a “Tecelagem Bernardo Mascarenhas”, localizada na cidade de Juiz de Fora, em 1888. Mascarenhas tornou-se o acionista líder na firma de fornecimento público de eletricidade “Cia. Mineira de Eletricidade” e sua usina hidrelétrica, na Cachoeira de Marmelos, responsável pelo fornecimento de energia para Juiz de Fora. No mesmo ano de 1888, outra fábrica têxtil, a “Fábrica São Vicente”, foi construída em Baldim, na área municipal de Jabuticatubas. Essa fábrica fechou, foi comprada pelos irmãos Mascarenhas em 1891 e, após uma reorganização, reabriu em 1894. Uma experiência parecida foi registrada em 1910, na fábrica “Filatório Montes Claros”, quando foi comprada pela “Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira”. Nesse caso, entretanto, a fábrica fechou em 1912. Outro Mascarenhas, Francisco, adquiriu uma fazenda próximo a Belo Horizonte, em 1895, e, trinta anos depois, uma nova fábrica Mascarenhas, a Fábrica de Casimira, com vila operária, foi aberta em 1925 na cidade de Matozinho. Em 1942, a companhia adicionou ainda mais um estabelecimento à sua capacidade produtiva: a “Fábrica de Tecidos Policema Mascarenhas”, em Araçá. Todas as fábricas dessa família contaram com casas e/ou alojamentos coletivos para abrigar trabalhadores, aos quais se somaram, na maioria dos casos, equipamentos coletivos como escola, igreja e armazém de consumo.

Muitas outras fábricas têxteis com vila operária estabeleceram-se em locais diferentes em Minas Gerais. Ainda no século XIX, a “Fábrica de Tecidos de Algodão do Cassú”, com alojamento operário, estabeleceu-se em Uberaba. Mais tarde, na parte oeste do Estado, outra fábrica com vila operária, a “Fábrica de Tecidos Machado”, estabeleceu-se na cidade de Machado. No oeste, porém perto da capital do Estado, outra série de fábricas dotadas de vilas operárias ou núcleos fabris foram construídas, incluindo a “Fábrica Têxtil Cachoeira de Macacos”, em 1886, em Cachoeira do Prata; a “Fábrica Cachoeira Grande”, em 1896, em Pedro Leopoldo; a fábrica da “Cia. de Tecidos Pitanguense”, em 1893, em Pitangui; e a “Cia. de Tecidos Santanense”, em 1891, em Itaúna. A última foi servida pela eletricidade de uma pequena represa situada em Pará de Minas operada pela Usina Elétrica Carioca (de propriedade da Cia. Santanense), que começou a funcionar em 1911, com uma pequena quantidade de casas para seus operadores. A noroeste de Belo Horizonte, em Curvelo, o Grupo Othon – proprietária de outras fábricas em Pernambuco e Alagoas – construiu a “Fábrica Maria Amália” com acompanhamento

de instalações sociais e residenciais, no ano de 1945. Próximo ao limite do sul do Estado com o Rio de Janeiro, outra fábrica têxtil com moradias para trabalhadores surgiu em 1891. Trata-se da “Companhia Têxtil São Joanense”, em São João Del Rey. Em 1946, outra fábrica têxtil também dotada de vila operária foi fundada na cidade: a “Fiação e Tecelagem João Lombardi S.A.”.

A cidade de Juiz de Fora adquiriu sua reputação industrial, no século XX, com base em suas fábricas têxteis principais. Entre as fábricas com provisão residencial em Juiz de Fora, estão as seguintes: “Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira”, criada em 1883; “Tecelagem Bernardo Mascarenhas”, de 1888; “Fábrica São João Evangelista”, fundada em 1923 na Fazenda Floresta, com planos para uma vila operária projetada em 1939; “Fábrica Santa Cruz”; “Fábrica Moraes Sarmento”; e “Fábrica São Vicente”. Na cidade vizinha de São João Nepomuceno, em 1905, outra fábrica têxtil, com limitadas provisões residenciais foi estabelecida pela firma “Cia. Fiação e Tecidos Sarmento”. Em muitos casos de assentamento têxtil, a religião era bastante utilizada para manter a disciplina dos operários e freqüentemente uma igreja ou capela era parte das instalações, sendo construídas e/ou mantidas pelas companhias envolvidas. No final do século XIX, o exemplo do “Convento – fábrica”, em Biribiri, perto de Diamantina, não foi o único caso. Em um assentamento fabril, situado em Mata Machado, Curumataí (Buenópolis), fundado em 1886, a “Fábrica de Santa Bárbara”, na década seguinte, foi um dos primeiros estabelecimentos industriais, juntamente com a fábrica de Camaragibe em Pernambuco, a aplicar as recomendações sociais do papa Leão XIII contidas em sua encíclica *Rerum Novarum*, de 1891.

INDÚSTRIA NO RIO DE JANEIRO

O Estado do Rio de Janeiro é um importante centro de empreendimentos industriais desde o século XIX. Sua capital e áreas próximas concentraram muitas fábricas têxteis que forneceram provisões residenciais para gerentes e trabalhadores. Um dos locais investigados pelo arquivo Nuvila foi a fábrica e o primeiro alojamento associado a ela construído pela “Companhia Progresso Brasil”, em Macacos (atual Paracambi), em 1871. Esse exemplo foi seguido pela companhia de “Fiação e Tecidos Alliança”, no distrito de Laranjeiras, em 1880. Na última década do governo imperial, outras fábricas têxteis foram construídas com vilas operárias pela “Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial”, em Vila Isabel, em 1885, e pela “Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado”, no ano de 1889. No mesmo ano, nos arredores da cidade, a “Companhia Progresso Industrial do Brasil” criou um estabelecimento de larga escala que formou um núcleo urbano em Bangu. No distrito de Andaraí estabeleceu-se a “Fábrica Cruzeiro”, em 1891, e a fábrica “Andarahy Grande”, em 1895. No início do século XX, mais duas fábricas foram construídas na Ponta do Caju: a “Fábrica do Bonfim”, em 1903, e a “Fábrica Mavilis”, em 1909. Em Andaraí, a “Fábrica de Tecidos Botafogo” iniciou suas operações em 1911. A “Tecelagem Carioca” foi construída no Jardim Botânico. Nos arredores da cidade em expansão, a “Fábrica de Tecidos América Fabril” foi construída em Deodoro, em 1927, erguendo uma vila operária com mais de trezentas casas. Outras plantas industriais têxteis no Rio de Janeiro com moradias foram: a “Cia. Fábrica de Tecidos São João” e a “Cia. de Tecidos São Lázaro”.

Um núcleo fabril foi erguido pela “Fábrica Estrela” (produtora de pólvora), construída em 1826 na Fazenda da Cordoaria, em Magé, após ser deslocada da cidade do Rio de Janeiro, onde estava em produção desde 1813. Petrópolis reuniu um grupo importante

de fábricas com moradias para operários: a companhia têxtil “Cia. Petropolitana”, a partir de 1874, criou o núcleo fabril de Cascatinha com cerca de trezentas casas e equipamentos de uso coletivo; em 1873 entrou em funcionamento a “Fábrica São Pedro de Alcântara”; no meio da serra uma fábrica foi construída em 1890, sendo seguida por uma segunda fábrica, em Petrópolis, por volta de 1903 – ambas de propriedade da “Companhia Fiação Cometa”; outra fábrica têxtil organizada pela “Companhia de Tecidos Dona Isabel” teve suas operações iniciadas em 1889. A cidade, mais tarde, recebeu outras fábricas, incluindo a “Fábrica Aurora” e a firma de engenharia metalúrgica “Braço Mapri Indústrias Metalúrgicas”. Em todos os casos foram produzidas casas para operários. Fábricas têxteis e de roupa ainda estão presentes, com moradia e outras instalações operárias, na cidade de Nova Friburgo. Essas incluem a “Fábrica de Rendas ARP S.A.”, iniciada em 1911, a “Fábrica Ypú”, fundada em 1912, e a “Fábrica de Filó S.A.” (atual Triumph International), construída em 1925.

No vale do Rio Paraíba, na cidade de Barra Mansa, a “Companhia Siderúrgica Barra Mansa” (de propriedade do Grupo Votorantim) construiu várias vilas operárias desde 1936. Nessa cidade, casas para trabalhadores também foram criadas pela “White Martins”, pela “Cia. Metalúrgica Bárbara”, pela companhia “Griffin do Brasil Ltda.” e pela “Du Pont de Nemours & Co.”. Ao lado de Barra Mansa, ergue-se o principal exemplo do Brasil de cidade de companhia modelo, Volta Redonda, criada pela “Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)” a partir de 1942, segundo plano elaborado por Atílio Correa Lima, reunindo inicialmente três áreas residenciais – Conforto, Santa Cecília e Laranjal – e posteriormente se expandindo numa sucessão de novos bairros criados pela CSN.

Na mesma década, um projeto de desenvolvimento nacional semelhante promovido pelo governo Vargas foi a Fábrica Nacional de Motores (FNM), construída durante a Segunda Guerra Mundial no distrito de Xerém, naquela época parte da área municipal de Duque de Caxias. O Projeto da Cidade para a fábrica FNM, em Xerém, foi esboçado em 1943 pelo arquiteto Atílio Correa Lima pouco antes de sua morte, e, mais tarde, refeito pelo arquiteto modernista espanhol Sert. Mais de três áreas residenciais distintas para engenheiros, operários e outros assistentes foram fornecidas nesse assentamento (Ramalho, 1996). Nos arredores do aglomerado urbano do Rio de Janeiro, em 1955, a firma química e farmacêutica “Bayer do Brasil Indústrias Químicas” criou um complexo fabril em Belford Roxo. Junto à fábrica, a companhia instalou uma pequena vila de quinze casas para trabalhadores. Residências para trabalhadores também foram fornecidas por fábricas de papel, como a “Cia. Industrial de Papel Pirai, Santanésia”, em Pirai, e pela “Fábrica de Papéis Klabin”, em 1960, quando a produção deu início em Parada Modelo.

Os estabelecimentos têxteis com moradias para trabalhadores foram uma característica do desenvolvimento industrial no interior do Estado do Rio de Janeiro. Exemplos são a “Fábrica Esther” e a “Fábrica Andorinhas”, em Santo Aleixo, e o “Cotonifício Levy Gasparian”, estabelecido em Três Rios. A “Fábrica de Tecidos e Fiação Pau Grande”, fundada em Magé em 1878, gerou um importante núcleo fabril – Pau Grande, que nos anos de 1950 e 1960 tornou-se famosa como o local onde Mané Garrincha nasceu e começou sua carreira. A “Companhia América Fabril” foi proprietária da várias fábricas no Estado do Rio de Janeiro, todas fornecendo casas para seus operários. Além de Pau Grande, contava com outras fábricas com moradias: a “Fábrica Cruzeiro” tinha uma vila com 150 moradias; as fábricas Bonfim e Marvilis tinham, até 1930, 128 casas; e a “Fábrica Carioca”, 145 moradias. A “Companhia Deodoro Industrial”, em 1968 incorporada pela “Companhia América Fabril”, também tinha uma vila operária. No final da década de

1920, essa companhia possuía um total de 643 casas, número que se elevaria nas décadas seguintes.

Em Niterói, uma vila operária foi projetada nos anos 1920 pela “Companhia Comércio e Navegação”, localizada na Ponta da Armação. Outro exemplo de fornecimento de moradia foi o da “Cia. Fluminense de Manufatura”, fundada em 1893 e proprietária da Vila Barreto. Em São Gonçalo, vilas operárias foram criadas pela “Cia. Brasileira de Indústrias Metalúrgicas”, pela “Fábrica de Papel e Soda Cáustica” e pelas “Indústrias Reunidas Vidrobras Ltda.”. Uma fábrica têxtil da “Companhia de Tecelagem Santa Luísa”, que pertenceu ao empresário industrial Jorge Street, existiu em Paracambi, Itaguaí. Mais adiante para o sul, em Angra dos Reis, alojamentos residenciais foram construídos para operários da “Verolme Shipyard”, em Camorim, e da “Companhia Petrobras”, em Prainha. Em Angra dos Reis, surgiram conjuntos residenciais distintos para empregados da Usina Nuclear, construída e ampliada pela companhia prestadora de serviço público “Furnas Centrais Elétricas”. Essas áreas residenciais estão localizadas em Camorim, Praia Brava e Mambucaba de Cima. No Estado do Rio de Janeiro, alojamentos residenciais para trabalhadores foram construídos ainda pela “Fábrica de Cimento Portland Paraíso”, estabelecida em 1943 em Italva, perto da cidade de Campos, pela “Cia. Nacional de Álcalis”, em Cabo Frio, nos anos 1950.

O ESTADO DE SÃO PAULO

A coleta do arquivo Nuvila registrou numerosos locais industriais no Estado de São Paulo e, mais especificamente, na sua Região Metropolitana. Em 1872, o presidente de São Paulo, Francisco Xavier Pinto Lima, divulgou um levantamento dos estabelecimentos com energia a vapor na província (cf. Egas, 1926, p.470). O relatório presidencial para a assembléia provincial mencionava uma fábrica têxtil em Itu, no interior, e anunciava a construção, iminente na época, de uma segunda fábrica têxtil na capital provincial. Na capital, seu relatório mencionava também fundições e estabelecimentos de trabalho com madeira por imigrantes, incluindo um do Sr. Hund e as fábricas dos irmãos Sydow – Adolpho e Gustavo –, assim como fábricas para produção de chapéus, cigarros e duas de produção de tijolos.

A INDÚSTRIA DURANTE A TRANSIÇÃO DA CAPITAL REGIONAL PARA A CAPITAL METROPOLITANA⁴

Após 1889, no início do período republicano, muitos outros empreendimentos industriais surgiram na capital do Estado. Uma das primeiras indústrias com produção em larga escala com vilas residenciais e instalações sociais para seus trabalhadores foi a fábrica de gelo e cerveja da “Cia. Antártica Paulista”, construída em 1888, no distrito de Água Branca. Em 1904, essa companhia adquiriu uma pequena fábrica concorrente, “Cia. Bavária”, e transferiu sua vila industrial e instalações fabris para a Mooca. A fábrica da Água Branca em seguida foi vendida para o imigrante italiano conde Matarazzo, como será mencionado mais adiante. Os bairros Brás, Mooca, Belenzinho, o leste de Ipiranga e o sudeste do antigo centro da cidade através do vale do Tamanduateí tornaram-se as principais localidades industriais para as novas indústrias no final do século XIX. A “Fábrica Santana” foi uma das fábricas têxteis iniciais na parte leste da cidade, na Mooca, criada pelo

⁴ Algumas das informações são provenientes do livro de Eva Blay (1985).

conde Antônio Álvares Penteado, em 1889, para produção de sacos para café e açúcar e, subseqüentemente, estendida para a produção de cobertores. Sua produção inicial começou com cerca de seiscentos operários, e dez anos mais tarde esse número cresceu para 1.300. Em 1908, a empresa foi transformada em uma Companhia Limitada, com o nome de “Companhia Nacional de Tecidos de Juta”, e vendida para o engenheiro e empresário industrial Jorge Street. Desde o início do século, a “Fábrica Santana” “forneceu alojamentos para operários, cujo aumento nos preços dos aluguéis foi causa de conflito em 1911. No ano seguinte, supõe-se que Jorge Street tenha adicionado as cerca de cem casas da vila operária da “Fábrica Santana”. Em 1912, esse mesmo empresário construiu a “Fábrica Maria Zélia” situada entre os trilhos da Estrada de Ferro da Central do Brasil e o Rio Tietê, em Belenzinho, e em 1916 inaugurou sua vila operária – a Vila Maria Zélia –, com cerca de duzentas casas e instalações sociais. Depois de 1923, Street vendeu a companhia, e ela foi deixada nas mãos de Arnaldo Guinle e Numa de Oliveira, que estavam associados à companhia “Docas de Santos”. Ainda ao leste, na segunda metade dos anos 1930, na periferia da capital do Estado, em um local chamado São Miguel Paulista, um consórcio de empresários norte-americanos e brasileiros, incluindo Horácio Lafer, associado com o Grupo Klabin de papel e celulose, José Ermírio de Moraes associado com o Grupo Votorantim e Numa de Oliveira, fundou a “Companhia Nitro-Química”. Esse empreendimento resultou da transferência de instalações fabris dos Estados Unidos, de propriedade da companhia “Tubize Chatillon Corp”, para a produção de seda artificial e outros produtos químicos. Suas operações tiveram início em 1940. A chegada da fábrica levou à criação de novos bairros residenciais nesse distrito, incluindo Vila Nitro-Química, Vila Americana, Cidade Nitro-Americana e Cidade Nitrooperária.

Em 1893, ao sul do centro de São Paulo iniciou-se a construção das instalações industriais da companhia “Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga Jafet”, em Ipiranga, que também possuía sua própria vila operária. No mesmo distrito de Ipiranga, a firma escocesa “J. B.Coats”, conhecida inicialmente como “Machine Cotton”, construiu a “Fábrica Corrente”, em 1907, com cerca de cinquenta casas fornecidas para os operários. Na mesma época, outra firma têxtil construiu a “Fábrica de Tecidos Labor”, na Mooca, com uma pequena quantidade de casas para os operários. No mesmo distrito da Mooca, uma fábrica de papel e embalagem chamada “Fábrica São Simeão” foi construída em 1900, com sua vila operária, conhecida como Vila Boyes. Também na Mooca, três anos antes, em 1897, um pequeno estabelecimento fabril têxtil – a “Fábrica de Tecidos de Lã, Algodão e Meias” – foi criado pela firma “Regoli, Crespi & Cia.”. Em 1906, essa companhia foi reorganizada e transformada no “Contonifício Rodolfo Crespi” e expandiu-se consideravelmente vindo a se tornar um empreendimento industrial de produção em larga escala com sua própria vila operária. Mais uma unidade têxtil, com uma fábrica de tingimento, na Mooca, foi criada pela “Companhia Paulista de Aniação”. A firma britânica de calçados, conhecida no Brasil como a “Companhia de Calçados Clarck”, em 1904 também construiu uma fábrica na Mooca com vila operária. Posteriormente, nos anos 1930 e 1940, outras firmas têxteis se instalaram no leste da cidade, como foi o caso da nova fábrica de algodão do “Cotonifício Guilherme Giorgio”, que construiu mais de cem casas no distrito de Vila Carrão da zona leste da cidade.

A cidade, ao sul, possuía uma grande variedade de outras indústrias com algumas vilas operárias, incluindo companhias chapeleiras chamadas “Chapéus Ramenzoni”, em Cambuci, e a “Cooperativa das Fábricas de Chapéu”, em Vila Prudente, assim como uma firma de chocolate “Companhia Lacta” e a firma de cigarros e charutos “Cigarros Sudan”,

na Liberdade, dotadas de residenciais para operários. Ainda em direção ao sul da área central da cidade, no Ipiranga, a “Fábrica de Ferro Esmaltado Sílex” iniciou sua produção em 1910 e gradualmente constituiu um grupo de cerca de 150 casas para parte de sua mão-de-obra operária. A “Cerâmica Falchi” iniciou suas operações em 1890, ao sul, na Vila Prudente, com residências, uma escola e uma igreja para seus operários. A sudeste, já em São Caetano, foi fundada em 1912 uma companhia originalmente chamada de “Cerâmica Privilegiada”, que mudou de nome, em 1919, para “Cerâmica São Caetano”, que, além da chamada Vila dos Engenheiros, edificou no local escola e área para esportes. Em 1923, a cerâmica foi vendida para a firma “Companhia Construtora de Santos”, de propriedade de Roberto Simonsen e Armando de Arruda Pereira.

Ao norte do centro da cidade, próximo de estradas de ferro e do Tietê, a “Grande Destilaria da Várzea” foi construída antes de 1889. Após a construção desse empreendimento, em 1897, o distrito Água Branca passou a abrigar uma fábrica de vidro de produção em larga escala: a “Fábrica de Santa Marina Vidraria”. No decurso do século XX, outras fábricas de vidro foram construídas perto do Rio Tietê, incluindo a fábrica “Cisper” e, na margem direita do rio, a “Fábrica Nadir Figueiredo”, instalada na região desde os anos 1950, e que deu início à construção de 189 casas, uma escola e campos de futebol, no distrito de Vila Maria. Em direção a Osasco, na parte norte da cidade, uma fábrica de produção de fósforo de propriedade da “Companhia Fiat Lux” estabeleceu-se em 1910.

Em Osasco, no início do período republicano de governo, em 1890, uma pequena fábrica de cerâmica e tijolos situada ao lado do Rio Tietê foi comprada pelo imigrante italiano Antônio Agu e pelo barão Sensaud D’Lavaud, que então criaram e expandiram a “Cia. Cerâmica Industrial de Osasco”. Instalações residenciais foram criadas para operários com funções essenciais para o estabelecimento. A companhia mais tarde foi adquirida pela firma Hervy S.A. Antes de 1895, uma fábrica têxtil foi criada em Osasco pela companhia “Sociedade de Importação e Exportação Enrico Dell’Acqua”. Em 1923, essa fábrica foi comprada pelo imigrante italiano Fiorino Beltrano, que alterou o nome da fábrica para “Cotonifício Beltrano”. No ano seguinte, tal empresário construiu uma área residencial onde ele, alguns engenheiros e também operários se instalaram.

Em seguida ao arrendamento da estrada de ferro de Sorocaba para o empresário americano Percival Farquhar, várias fábricas de carne enlatada foram atraídas para São Paulo. Uma dessas companhias, com vila operária, era a “Companhia de Produtos Continental”, que iniciou suas operações ao lado da linha ferroviária, em Osasco, no ano de 1915. Em 1934, essa fábrica passou a ser de propriedade da companhia “Frigorífico Wilson do Brasil”. Outra nova fábrica, em 1929, produtora de palitos de fósforo, a “Fábrica de Fósforos Granada”, foi construída em Osasco junto com sua própria vila operária. Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, a firma de engenharia metálica “Cobrasma” também fundou sua fábrica em Osasco. Esse empreendimento deu origem à Vila Operária Cobrasma, em 1944. Atualmente, a fábrica encontra-se fechada, mas cerca de dez casas da vila ainda permanecem no local, apesar das consideráveis alterações em suas formas.

O COMPLEXO INDUSTRIAL MATARAZZO EM SÃO PAULO, CAPITAL E METRÓPOLE

Desde o início do século XX, a geografia e a história industrial da cidade de São Paulo estão intimamente ligadas com o crescimento e a evolução comercial do imigrante italiano Francisco Matarazzo. A fundação de seu grupo industrial, as “Indústrias Reunidas

Francisco Matarazzo” (IRFM), teve seu começo no leste, no distrito do Brás, quando, em 1900, esse homem de negócios abriu seu moinho de cereais, o Moinho Matarazzo. Quatro anos depois, a oficina do moinho para ensacamento de cereais foi separada e tornou-se a base para uma nova fábrica têxtil, a “Fábrica de Tecelagem Mariângela”. Ao lado da “Fábrica Mariângela”, Matarazzo fixou o escritório central de seu grupo, no ano de 1904. Em 1919, o grupo fundou a fábrica “Metalúrgica Matarazzo”, no distrito de Brás. Ainda no mesmo distrito, em 1935, comprou uma firma de tecelagem de seda, que foi renomeada para “Tecelagem Brasileira de Seda”. A firma original, a “Tecelagem Ítalo-Brasileira de Sedas”, foi fundada no Brás pelos empresários imigrantes italianos Crespi e Puglisi, em 1907.

Na vizinhança do distrito da Mooca, Matarazzo adquiriu uma fábrica de papel de embrulho, que iniciou suas operações em 1900, e que mais tarde passou a se chamar “Fábrica São Simeão”. Nos anos 1920, o grupo Matarazzo (IRFM) comprou uma área residencial chamada Vila Boyes e construiu, entre os anos de 1919 e 1924, cerca de cem casas para os operários da fábrica, uma loja comercial da companhia e uma instalação médica. Ainda na primeira década do século XX, na Mooca, a Matarazzo criou uma fábrica de óleo vegetal chamada “Sol Levante” e, em 1906, construiu uma empresa de produção de fósforos usando a marca Sol Levante. Alguns anos depois, essa fábrica foi vendida para a “Companhia Fiat Lux”. Na década seguinte, na Mooca, as IRFM incorporaram uma refinaria de açúcar, em 1910, e uma fábrica de sal, em 1915. Décadas mais tarde, ainda na periferia leste, as IRFM construíram uma fábrica química em 1941 que deu origem a um novo nome de distrito (agora uma área municipal periférica) de Ermelino Matarazzo. Dez anos depois, no leste, o grupo instalou uma tecelagem de seda em Tatuapé, chamada “Tecelagem de Seda do Sítio do Piqueri”. Essa fábrica iniciou sua produção em 1951 e foi fechada em 1973.

Para o sudeste, ao lado das linhas da ferrovia de São Paulo, em São Caetano, as IRFM, em 1913, adquiriram a firma da “Pamplona & Cia.”, que havia construído unidades industriais para a produção de sabão, óleo vegetal, uma carpintaria para produzir caixas e uma maquinaria para produzir pregos. Em 1924, as IRFM reformaram as instalações da “Pamplona & Cia.” e adicionaram novos equipamentos químicos e têxteis para fabricar seda artificial. As instalações também produziam ácido sulfúrico, soda cáustica e celulose. A vila operária foi um aspecto especial dessa evolução como pôde ser visto pela construção da companhia da Vila da Viscoseda, em São Caetano, no ano de 1924.⁵ No Ipiranga, a companhia associada, as “Indústrias Matarazzo de Energia S.A.”, foi fundada em 1934 e fechada em 1971.⁶ Em São Bernardo do Campo, as IRFM fundaram uma nova fábrica têxtil, a “Tecelagem Lídia”, que foi aberta em 1946 e fechada em 1981.

Para o lado oeste de São Paulo, no distrito de Água Branca, as IRMF deram início à reorganização da fábrica desde o ano de 1920. No mesmo ano, o grupo transferiu a fábrica “Pamplona”, em São Caetano, para seu novo local, na Água Branca. Para a localidade da Água Branca também foram a refinaria de açúcar da Mooca, a fábrica de óleo vegetal “Sol Levante”, uma fábrica de licores e o “Escritório Central”. Em 1927, o grupo comprou no mesmo distrito uma companhia de produtos de mineração, implantando quatorze unidades fabris em uma área de 140.000 m². Mais adiante, para o oeste, cruzando o Rio Pinheiros, no Jaguaré, a firma “Dumont Villares” projetou uma vila operária e duas propriedades industriais logo após os anos do pós-guerra. As IRFM implantaram uma fábrica de lã no Jaguaré, o “Lanifício Cariema”, que foi inaugurado em

5 A gênese da zona sudeste industrial do ABC da Região Metropolitana de São Paulo pode ser vista nas décadas de 1920 e 1930, especialmente em São Caetano, que, junto com as áreas municipais adjacentes de São Bernardo e Santo André, tornou-se abreviadamente ABC na corrente descrição do zoneamento. Em 1937, ao lado da linha de trem Santos-São Paulo, a General Motors do Brasil iniciou a construção do que era visto como a fábrica de montagem mais moderna da América Latina.

6 Em 1951, uma moderna fábrica de montagem da Companhia de Motores Ford, no Ipiranga, foi inaugurada. Essa fábrica foi fechada no ano de 1990.

7 Em 1965, essa fábrica foi transferida para a "Fábrica Mariângela", no Brás; em 1980, foi fechada.

1948 e fechado em 1969. Em 1950, o grupo incorporou outra unidade industrial, a "Artefatos de Papel", no Jaguaré.⁷

A construção de habitações para seus operários foi uma prática cultivada pela empresa por várias décadas, resultando na criação de várias vilas operárias. Em 1962, a empresa tinha 744 moradias no Estado de São Paulo, das quais 419 na capital. Na cidade de São Paulo, o grupo Matarazzo possuiu várias vilas, algumas por ele erguidas, outras adquiridas. Foram também criadas vilas operárias nas cidades de São Caetano do Sul, em Ribeirão Preto (para trabalhadores da "Cia. Têxtil Matarazzo"), em São Bernardo do Campo (para funcionários da "Tecelagem Lídia") e em Mauá.

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO NAS PROXIMIDADES DA "MANCHESTER PAULISTA" DE SOROCABA

No final do século XVI, minério de ferro foi encontrado na localidade chamada Iperó, no interior de São Paulo, e uma pequena fornalha movida a vapor foi construída, não muito distante da atual cidade de Sorocaba. Sua produção, entretanto, foi bastante limitada e freqüentemente paralisada por períodos consideráveis. No início do século XIX, com a chegada da corte portuguesa e a abertura econômica, a atividade com ferro conhecida como a metalúrgica "Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema" foi reconstituída e tornou-se – com a República – a "Fábrica Nacional de Ipanema", que funcionou de 1811 a 1895. Durante a década inicial de produção, a fábrica ficou sob supervisão de Carlos Gustavo Hedberg e também do major alemão Varnhagen. A fábrica no século XIX foi inicialmente operada utilizando-se de trabalho escravo com o suporte de técnicos suíços e alemães, havendo diferentes tipos de alojamento para cada perfil de trabalhador. Com suas unidades de fundição de ferro e carvão, a fábrica produziu uma ampla variedade de produtos, incluindo o abastecimento militar de balas de canhão e balas em geral, instrumentos agrícolas e os silos de ferro para o engenho de cana-de-açúcar. Além de alojamentos específicos para operários, supervisores e trabalhadores auxiliares, o estabelecimento também continha um hospital, uma farmácia, uma capela, armazéns, oficinas de carpintaria, alvenarias, uma loja da fábrica, assim como uma prisão e um quartel.

A oeste de Iperó e Sorocaba, situa-se a cidade de Tatuí, que mais tarde veio a ser contemplada com linhas ferroviárias da Estrada de Ferro de Sorocaba. Duas fábricas têxteis foram implantadas no referido local no final do século XIX e da primeira década do século XX. Uma é a "Fábrica São Martinho", fundada em 1881, com mais de cinquenta casas para os operários, uma escola, uma farmácia e uma loja da companhia. Uma fábrica posterior, a "Fábrica Santa Adélia", foi fundada em 1908 com casas e escola própria.

No final do século XIX, a cidade de Sorocaba tornou-se conhecida como a "Manchester Paulista", em razão da variedade de indústrias presentes nela e no seu entorno. As indústrias de produção em larga escala, entretanto, concentraram-se nas fábricas têxteis da cidade, todas construídas juntamente com vilas operárias. Inaugurada em 1865, a "Companhia de Fiação e Tecidos Santa Maria" construiu sua fábrica, que possuía cerca de setenta casas em sua proximidade. Perto do centro da cidade, uma nova companhia surgiu em 1881: a "Fábrica de Fiação e Tecidos Nossa Senhora da Ponte" foi construída e, na virada do século, possuía aproximadamente 22 casas e um clube social. Outro grande estabelecimento têxtil em Sorocaba foi a "Fábrica de Fiação e Tecidos Santa Rosália", construída por uma companhia formada em 1890 e que se expandiu através do século XX a ponto de criar uma vila com cerca de quinhentas casas, uma igreja, pré-escola, loja da

companhia, clube social, escolas, hospital, clínica de saúde e um cinema. Outra grande fábrica têxtil das primeiras décadas do século XX foi a “Fábrica Santo Antônio”, que possuía cerca de duzentas casas em 1913 e operava uma pré-escola e uma clínica médica em sua circunvizinhança.

Na parte sul de Sorocaba, uma linha de trem conectava a cidade ao núcleo fabril da Votorantim, que teve seu início em 1884, junto à “Fábrica de Estamparia e Alvejaría Votorantim”. A companhia Votorantim construiu grandes áreas residenciais, incluindo a Vila Chaves e a Vila Barra Funda, com mais de 420 casas, uma escola, um clube e uma seguradora, juntamente com uma farmácia e um posto de saúde na primeira década do século. A fábrica têxtil recebeu energia da inovadora hidrelétrica UHE Itupururanga.⁸ Nos anos 1930, a companhia têxtil Votorantim decidiu diversificar seus interesses comerciais e deu início à produção de cimento e produtos químicos. Próximo ao assentamento têxtil inicial, em 1936, uma nova fábrica de cimento, a “Fábrica de Cimento Votorantim”, foi estabelecida e também construiu uma área residencial – a Vila Santa Helena – com 250 casas e uma igreja. Após a Segunda Guerra Mundial, entre os assentamentos têxteis e de cimento, uma nova companhia do grupo, a Votocell, inaugurou a fábrica de papel e celulose, em 1951, com sua área residencial, a Vila Votocell, incluindo 120 casas e outras instalações de uso coletivo.

Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, a Companhia Votorantim decidiu diversificar seus interesses industriais e deu início a um novo assentamento fabril voltado para a produção de alumínio, utilizando a área ocupada por uma fábrica de cimento desativada, que já possuía uma área residencial com cerca de cem casas. Essa fábrica de cimento, situada perto da Estrada de Ferro de Sorocaba, fora construída pelo coronel Rodvalho, em 1897, comprada por Antônio Pereira Ignácio em 1921, fundador do Grupo Votorantim. Viabilizada pela proximidade da usina de energia UHE Itupururanga, a produção de alumínio começou nesse local em 1945. O assentamento fabril, chamado Alumínio, possuiu mais de quinhentas casas, escola, igreja, clube com campos de futebol e um cinema, uma cooperativa de consumo e outras instalações urbanas. A unidade industrial tem crescido significativamente de tamanho nos dias de hoje.

Próximo dali, na cidade de São Roque, uma fábrica têxtil, a “Fábrica Enrico Dell’Acqua & Companhia”, foi fundada em 1891 e iniciou suas operações no ano seguinte. Em 1919, a fábrica da companhia foi comprada pela “Companhia Brasital S.A.”, que possuía outras instalações em Salto, no mesmo Estado. Em São Roque, a companhia Brasital S.A. também criou para seus operários numa vila com 38 casas, bem como cooperativa de consumo e serviços de saúde.

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO VALE DO RIO PARAÍBA E DO ESTUÁRIO DE SANTOS EM SÃO PAULO

No Vale do Rio Paraíba, no século XIX, o arquivo registra a existência de uma fábrica têxtil de produção em pequena escala utilizando-se de trabalho escravo, a “Fábrica de Tecidos Santo Antônio”, localizada nas terras da fazenda de café de Santo Antônio, em 1860. Nos anos 1890, os registros da biblioteca Guildhall, em Londres, mostram projetos para um engenho de açúcar central, próximo à cidade de Lorena, situada no Vale. Perto da cidade de Pindamonhangaba, um assentamento fabril de produção de papel foi criado pelo comerciante Cícero Prado, em 1911, numa área rural. O núcleo industrial originado por essa indústria continha casas para os operários, trabalhadores auxiliares e

8 A barragem Itupururanga era separada por uma considerável distância das turbinas da central elétrica, às quais se ligava através de canais. Esse projeto de engenharia tornou-se a base para o modelo da hidrelétrica da Serra, projeto que, quando concluído, incluiu a represa Billings e a Usina de Energia de Henry Borden, a cerca de setecentos metros abaixo, no estuário de Santos.

para o proprietário, assim como uma loja da companhia, uma igreja e instalações para recreação. Essa fábrica de papel, no ano de 1950, era uma das maiores na América Latina.

Ao longo dos séculos XIX e XX, Taubaté tem sido um dos principais assentamentos urbanos na rota entre Rio de Janeiro e São Paulo ao longo do Vale do Rio Paraíba. Uma das primeiras fábricas têxteis fundadas no início do período republicano do Brasil foi a “Companhia Taubateana Industrial”, fundada em Taubaté pela família Guisard, em 1891. Na metade do século XX, o estabelecimento da companhia modificou acentuadamente a paisagem da cidade, com sua implantação em forma radiocêntrica e a monumentalidade do prédio que abriga seu escritório central. Para os operários, a companhia construiu alojamentos residenciais, especialmente no início do ano de 1940, com cerca de duzentas casas, uma pré-escola, uma cooperativa de consumidores, uma escola, uma estação de rádio local, um hospital, um estádio de futebol e clube de esportes. Também criou um *country clube* e um iate clube, assim como um *camping* de férias nas praias de Ubatuba. No começo de 1927, uma fábrica de juta foi construída em Taubaté pela “Companhia Fabril de Juta”, que também construiu vilas operárias: a Vila Fabril de Juta e a Vila São Geraldo, com cerca de quatrocentas casas, um teatro-cinema, um estádio de esportes, uma pré-escola, um posto médico, um clube e a loja da cooperativa. Perto de Taubaté, a “Fábrica Mecânica Pesada”, possuía no ano de 1950 cerca de noventa casas e um clube.

Atualmente, a principal cidade no Vale do Rio Paraíba é São José dos Campos, com suas fábricas aeronáuticas, automotivas, químicas, de petróleo e unidades fabris que se originaram em virtude de uma base da Força Aérea situada junto à Rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 1952. Previamente, a história industrial da cidade foi amplamente baseada na fábrica da companhia “Teceragem Parahyba”, iniciada nos anos 1920 pela família Gomes. A Fábrica criou casas e equipamentos coletivos voltados aos seus empregados, alguns dos quais abrigados em prédios de considerável importância para a arquitetura e paisagismo moderno brasileiro. Ainda próximo da capital do Estado, a cidade de Jacareí, situada no Vale do Rio Paraíba, tem em seus arredores uma fábrica de papel, implantada pela “Indústria de Papel Simão”, em 1958, que contou com uma vila com cerca de quarenta casas, uma escola e um clube.

A INDUSTRIALIZAÇÃO NA ÁREA CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

A noroeste da capital, na região central de São Paulo, no início do século XIX existia uma área conhecida como “quadrilátero da cana-de-açúcar”, que compreendia as cidades de Itu, Piracicaba, Mogi Mirim e Jundiaí, com vários engenhos de açúcar. Na segunda metade do século, plantações de café substituíram o açúcar, tirando proveito do rico solo roxo também usado para algodão e, ainda mais tarde, para plantação de laranjas. Em Itu, pouco distante de Sorocaba, durante um período econômico dominado pelo café, a cidade recebeu linhas ferroviárias após 1872 e, além disso, uma fábrica têxtil mencionada nos relatórios dos presidentes da província, em 1874. A primeira fábrica de algodão com vila operária veio muito mais tarde, após 1910, quando a fábrica têxtil da “Companhia de Fiação e Tecelagem São Pedro” construiu casas, escola e clube para seus operários.

Próximo a Itu, nas margens do Rio Tietê, em Salto de Itu, várias fábricas foram fundadas aproveitando a energia hidráulica do rio. As primeiras fábricas têxteis foram a “Fábrica a vapor de Tecidos e Fiação Júpiter”, em 1880, e a “Fábrica Fortuna”, em 1883, com cerca de trinta casas construídas até 1900. Em 1919, essas propriedades foram compradas pelo grupo Brasital S.A., e uma extensa área residencial e urbana desen-

Figura 3 – Casas na vila operária da Companhia de Fiação e Tecelagem São Pedro, em Itú.



Foto: Philip Gunn, 2001

volveu-se junto das fábricas, em Salto. A companhia Brasital possuiu cerca de trezentas casas, uma escola, uma pré-escola e um açougue. Uma fábrica de papel foi construída em Salto em 1889. A fábrica, chamada “Papel de Salto”, construiu cerca de vinte casas de 1924 até 1927, assim como um clube para seus trabalhadores. Depois da Segunda Guerra Mundial, a companhia Eucatex implantou uma fábrica na cidade, dotada de casas para os gerentes e empregados que se julgava importante manter junto à fábrica. No período pós-guerra, várias firmas de cerâmica construíram casas para seus empregados junto às suas instalações, entre as quais a “Cerâmica Ita Ltda.”, a “Cerâmica Navarro” e a “Cerâmica Mandi”.

Em um ponto do nordeste do antigo quadrilátero do açúcar, a cidade de Piracicaba era conhecida pela usina de açúcar movida a energia hidráulica, o Engenho Central, dotado de um conjunto notável de moradias para gerentes e empregados. Na margem esquerda oposta do Rio Piracicaba, a fábrica têxtil da “Indústria Boyes” foi implantada nas instalações da antiga “Fábrica de Tecidos Santa Francisca”, fundada em 1876. Em 1918, a fábrica foi comprada pela firma “Cia. Industrial e Agrícola Boyes”, que empregava cerca de 420 operários. A fábrica original possuía alojamento residencial para quatorze operários em posições-chave e, em 1899, mantinha uma cooperativa de consumo e uma escola. Nos anos 1930, a companhia construiu uma nova vila operária com 104 casas e uma escola. Dezesesseis novas casas foram erguidas pela empresa na década seguinte. Não distante de Piracicaba, na cidade de Limeira, em 1938, a “Fábrica de Chapéus Prada” edificou uma nova fábrica com amplas instalações construídas com tendências *déco*, além de algumas casas para gerentes, creche, escola, jardim de infância e cooperativa de consumo.

Na cidade de Americana, junto às margens do Rio Piracicaba, foi fundada a “Fábrica de Tecidos Carioba” em 1874. Por volta de 1930, o núcleo fabril de propriedade da empresa no local contava com cerca de 250 casas, escola, igreja, cinema, clínica médica e

clube. Na cidade de Santa Bárbara, atualmente uma conurbação com a cidade de Americana, outras firmas com alojamentos residenciais também foram registradas: a “Cia. Industrial Santa Bárbara S.A.”, fundada em 1922, com cerca de vinte casas, e a companhia de engenharia metalúrgica “Indústrias Romi S.A.”. Américo Emílio Romi (1896-1959) abriu uma oficina mecânica, a Garagem Santa Bárbara, nos anos 1920, e, durante a Segunda Guerra Mundial, começou a produzir maquinaria agrícola substituta de importação. A firma, que modificou seu nome para “Máquinas Agrícolas Romi”, em 1938, adicionou uma fundição e, por volta de 1943, possuía mais de quinhentos operários. Em 1948, a companhia construiu o primeiro trator produzido inteiramente no país e, na década seguinte, tornou-se famosa por uma nova fábrica de montagem de carros em São Caetano do Sul, onde, em 1956, a companhia produziu o primeiro automóvel brasileiro, o Romi-isseta. Em Santa Bárbara, ergueu durante a década de 1940 um conjunto de casas para gerentes e operários-chave e uma área para prática de esportes.⁹

9 Uma medida inovadora da firma “Indústrias Romi S.A.” foi, em 1946, a criação de um jornal de circulação interna. No ano seguinte, a firma criou um fundo social para assistência médica opcional, para o qual os empregados contribuíam com 1% de seu salário mensal. Uma Fundação foi criada em 1957 para administrar todas as instalações sociais oferecidas para seus operários. A companhia construiu algumas poucas casas para funcionários em postos estratégicos, mas alugou alojamentos em Santa Bárbara e os sublocou aos empregados mediante pagamento deduzido mensalmente dos salários. A Fundação administrou instalações de saúde, educação e lazer, freqüentemente com conexões administrativas com entidades sociais públicas e industriais.

Perto da cidade de Campinas, a companhia suíça Rhone Poulac, conhecida no Brasil como “Rhodia S.A.”, fundou seu complexo fabril químico e petroquímico em uma área rural em Paulínia, durante a Segunda Guerra Mundial, de 1940 a 1942. Ao lado da fábrica, construiu uma área residencial para engenheiros e trabalhadores auxiliares, juntamente com uma escola, uma igreja e um clube. Ao sul de Campinas, em Valinhos, a firma britânica Lever, que possui sua sede mundial em sua fábrica de sabonete em Port Sunlight, perto de Liverpool, assumiu a direção da fábrica de sabão originalmente inaugurada em 1897, pela firma “José Milani & Cia.”. Em 1932, a fábrica era de propriedade da “Cia. Gessy Industrial” e possuía um pequeno número de casas construídas para parte dos operários. Com a expansão pós-guerra, a companhia construiu uma área residencial para os operários com oitenta casas, uma pré-escola e um parque. Na cidade próxima de Itatiba, uma fábrica têxtil foi construída nos anos 1940. Além do prédio da fábrica, uma área residencial e a residência dos proprietários também foram construídas.

Na região central do Estado, o principal centro industrial, desde o século XIX, tem sido a cidade de Jundiaí. Em 1874, a “Companhia Jundiahiana de Fiação e Cultura” foi fundada por Antônio Queiroz Telles. A firma mais tarde tornou-se conhecida como “Companhia de Fiação e Tecidos São Bento”, empregando cerca de 150 operários em 1886. No início do século XX, a fábrica tornou-se propriedade de um grupo francês que adicionou uma área residencial – Vila São Bento – construída em 1912. Jundiaí também contou com duas outras vilas operárias – totalizando 260 casas –, além de escola, creche, clube, cinema, ambulatório e armazém cooperativo criados pela “Sociedade Industrial Jundiaiense” – depois “Argos Industrial”. Outra vila operária com 56 casas foi construída pela “Companhia Mecânica Importadora” (depois “Sifco”).

A INDÚSTRIA NO NORTE E OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Avançando para o norte e o noroeste da capital do Estado pela região central, em direção ao Triângulo Mineiro e ao Estado de Goiás, a cerca de trezentos quilômetros da metrópole de São Paulo, a principal cidade é Ribeirão Preto, que teve seu início com uma colônia agrícola oficial no século XIX. Na década de 1940, o grupo IFRM, de Francisco Matarazzo, construiu moradias ao lado da “Fábrica Cia. Têxtil Matarazzo”. Na cidade de Franca, conhecida por sua produção de calçados, foi possível identificar duas iniciativas de fábricas visando prover casas para operários. A “Indústria de Calçados Sândalo” construiu a Vila Sândalo em 1990, e a “Artefatos de Borracha Amazonas” construiu a Vila

Santa Maria em 1996. Ao sul de Ribeirão Preto, perto de Luís Antônio, a “Votorantim Celulose e Papel” construiu duas vilas, uma erguida em 1990 junto à cidade e outra localizada no Horto Florestal. Mais adiante, as cidades de Araguara, Orlândia e Barretos também possuem sítios industriais que incluem alojamentos residenciais. Em Araguara, uma estação terminal de duas estradas de ferro, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a Estrada de Ferro Araguareense construíram vilas operárias dentro da cidade para acomodar seu quadro de funcionários e mecânicos. Também dentro da cidade, a “Fábrica de Meias Lupo” forneceu residências para parte de seus empregados. Mais recentemente, fora da cidade, a companhia de processamento de laranja “Cutrale” ergueu um condomínio residencial para os diretores e proprietários da companhia.

A partir das primeiras décadas do século XX, ferrovias e vagões refrigerados levaram à descentralização das fábricas de óleo vegetal e carne enlatada que se transferiram para perto da fronteira agrícola, isto é, para junto de seus suprimentos materiais em estado natural. Perto de Araguara, na cidade de Orlândia, a “Cia. Mojiana de Óleos Vegetais” instalou sua fábrica com alojamento.

A INDÚSTRIA E AS COLÔNIAS DE IMIGRANTES EUROPEUS NO SUL DO BRASIL¹⁰

O sul do país possui uma rica herança de história de assentamentos, desde a ação da “Companhia de Jesus”, que organizou missões em parte do território da nação indígena guarani, durante os séculos XVII e XVIII (cf. Gunn, 1997). A história do assentamento no sul teve também a experiência no século XIX da colonização de migrantes de origem rural européia, freqüentemente na forma de colônias agrícolas sob proteção real. As colônias para imigrantes europeus iniciaram-se com os imigrantes alemães, em 1829, no Rio Grande do Sul, porém pessoas de outras nacionalidades participaram desse movimento de criação de colônias nessa e em outras províncias do sul no século XIX. O crescimento do comércio e das cidades nas áreas de imigração contribuiu para o surgimento da indústria fabril, beneficiada pela presença de recursos naturais na agricultura e mineração.

No século XIX, o Paraná historicamente era parte da Província de São Paulo até 1873, foi criado como parte de uma economia agrícola em expansão amplamente baseada no cultivo de chá. A partir do começo do século XIX, a penetração de estradas de ferro aumentou a fronteira agrícola e madeireira por todo o interior dos estados do sul do Brasil. No Paraná, assentamentos de fábricas ligados a florestas, madeira e papel foram experiências freqüentes. Em uma visita a campo em 1997, madeireiras de pequena escala com alguns alojamentos residenciais foram registradas: a “Agrobil Madeiras Ltda.” e a “Madeira Thomasi” na cidade de Bituruna; “Madeira Pinhalão”, no limite sul do Estado, na cidade de Porto União. Outro exemplo importante das tendências atuais de assentamentos de companhia foi o caso complexo da firma de madeira e celulose “Giacomet-Marodin”, em Quedas do Iguaçu, no oeste do Estado. Na metade do século XIX, a escassez de material de jornal fez que o presidente Vargas requeresse a assistência da família industrial Klabin em São Paulo. E a “Indústria Klabin de Papel e Celulose” inaugurou sua fábrica de produção em larga escala na Fazenda Monte Alegre, em 1945. Esse assentamento industrial inclui dois núcleos residenciais maiores – Harmonia e Lagoa –, alguns menores e uma “cidade espontânea” – Telêmaco Borba – cuja fundação e expansão estiveram em grande parte nas mãos da companhia. Ainda perto do centro do interior do Es-

10 Os três estados do sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – foram objeto de pesquisa de campo em 1996 e 1997.

tado, em Ponta Grossa, a Colônia Agrícola de imigrantes holandeses, em Carambeí, foi formada ao longo das linhas da Ferrovia do Brasil, antes da Primeira Guerra Mundial. Logo após a Segunda Guerra Mundial, outra cooperativa de imigração holandesa – a “Cooperativa Batavo” – foi fundada próxima, com suas instalações industriais de leite e grãos nas atuais cidades de Carambeí e Castrolândia.

Perto de Curitiba, no estuário de Paranaguá, dois importantes assentamentos de fábrica foram estabelecidos no princípio do século XX: um moinho de grãos chamado “Moinho Matarazzo”, construído pela IRFM, em 1907 na cidade de Antonina, e a fábrica “Johan Faber”, em Morretes. Ambas possuíam vilas residenciais. Na área municipal de Rio Branco do Sul, em 1953, uma pequena siderúrgica, a “Usina Siderúrgica Mueller & Irmãos”, foi construída em Capiruzinho. No mesmo ano, uma fábrica de cimento foi fundada pela “Cia. de Cimento Portland Rio Branco”, no Rio Grande do Sul, com alojamentos residenciais. No sul do Estado, a “Cerâmica São José” foi implantada em Rio do Sul, com algumas casas para trabalhadores.

Por todo o Estado, a industrialização tem sido freqüentemente associada com o crescimento da capacidade de energia hidrelétrica. Significantes estabelecimentos do setor elétrico podem ser vistos na UHE Centrais Elétricas de Furnas, que construiu sua vila residencial em 1978, em Ivaiporã; na UHE Salto Osório, em Quedas do Iguaçu, que deu início às suas operações em 1969; e especialmente no complexo de produção de energia em grande escala de UHE Itaipu, na cidade fronteiriça de Foz de Iguaçu, construído nos anos 1970. Todos esses estabelecimentos contaram com áreas residenciais para gerentes e operadores.

A mais recente fase de crescimento industrial no Paraná tem tido como lócus a área metropolitana de Curitiba, com a instalação de companhias montadoras de carro, mas sem alojamento residencial da companhia e, por esse motivo, não levadas em consideração na presente pesquisa.

Em Santa Catarina, a cidade de Joinville, situada no norte do Estado, foi sede de uma colônia germânica do século XIX. A representação industrial da cidade, em grande parte, deve-se à companhia Tupy, especializada em componentes hidráulicos para construção industrial. Dotada de fábricas de fundir e forjar, essa indústria produziu muitos componentes metálicos antes de sua mudança tecnológica para o uso de material termoplástico com a marca “Tigre”. A companhia criou residências destinadas à parte de seus empregados. Na proximidade da cidade de São Francisco do Sul, uma colônia francesa propôs um assentamento baseado nos princípios de Fourier, todavia a iniciativa teve curta duração.

Na parte norte de Santa Catarina, dois tipos de assentamento com características industriais foram registrados mediante pesquisa de campo. No vale do Rio Itajaí, as cidades de Blumenau e Brusque, no século XIX, se tornaram sede de uma grande colônia germânica. Hoje, Blumenau é o local de uma série de companhias industriais têxteis, de roupa e de calçados, com histórias de alojamentos operários e instalações sociais. Um grande assentamento com casas de madeira foi a vila organizada pela firma têxtil “Empresa Industrial Garcia”, ao mesmo tempo que uma segunda vila industrial foi construída pela firma de roupa “Cia. Hering”. Na cidade de Brusque, uma vila foi construída pela “Fábrica de Tecidos Renaux”, que começou a funcionar em 1892.

Mais adiante, para o oeste, junto à fronteira norte do Estado, em uma cidade chamada Rio Negrinho, várias firmas de produção de madeira forneceram alojamentos para seus operários. Entre essas estão a “Empresa Famorine” e a “Battistella Indústria e

Comércio”, que também possui uma fábrica com alojamentos limitados na cidade de Lajes. Não distante de Rio Negrinho, a cidade de Três Barras vinculou-se também ao comércio de madeira, em razão das fábricas de produção de madeira em larga escala fundadas por Percival Farquhar e sua “Companhia de Madeira do Brasil”. Entre essas, é comum a presença de vilas operárias, como no caso da “Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda.” e da “Cia. Trans-pinos”. A capital do Estado, Florianópolis, nunca recebeu atenção no que concerne ao tema industrial. Porém, a cidade possui resquícios de uma vila operária perto da “Fábrica de Tecidos de Karl Hoepcke”, que iniciou suas operações em 1917.

Na área litorânea, no sul de Santa Catarina, a presença de carvão e a construção da Estrada de Ferro Santa Teresa favoreceram vários empreendimentos de mineração na primeira metade do século XX. Nos arredores da cidade de Criciúma, vilas de mineração foram construídas por companhias como a “Carbonífera Metropolitana Ltda”, a “Carbonífera Criciúma Ltda.”, a “Carbonífera União Ltda.” e a “Carbonífera São Marcos S.A.”. A companhia “Carbonífera Criciúma Ltda.” foi responsável pela construção da Vila Visconde, situada ao lado de sua mina, enquanto a “Cia. Carbonífera Catarinense” construiu a Vila Colonial. Perto de Criciúma, em um local chamado Siderópolis, a “Companhia Siderúrgica Nacional” instalou uma mineração de carvão com uma vila residencial. Em local próximo a Siderópolis, outra mina com uma comunidade residencial foi construída pela “Cia. Carbonífera de Urussununga”. Hoje, grande parte da produção de carvão que continua em operação é usada pelas siderúrgicas de Tubarão, onde a CSN também construiu casas para empregados. A CSN também ergueu casas e um clube em Capivari. No interior do Estado, uma indústria de processamento de alimentos foi fundada em Concórdia, onde a “Sadia” se instalou em 1944 e criou uma vila operária, clube e ambulatório.

A capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, possuiu sítios industriais com alojamento residencial para operários na fábrica têxtil “Fiação e Tecidos Porto-alegrense-Fiateci” e no “Estaleiro Mabilde”. Embora a provisão de residências para operários de companhia não seja mais uma característica da atividade industrial, Porto Alegre é um dos centros metropolitanos do Brasil com maior proporção relativa de mão-de-obra empregada na indústria. Dentro de sua área metropolitana, estão atualmente localizadas fábricas de papel, em Guaíba, com áreas residenciais e uma montadora da GM fundada em Gravataí, sem provisão de áreas residenciais. As fábricas de papel de Guaíba com áreas residenciais são a “Fábrica Riocell” e a “Fábrica de Papel e de Papelão Pedras Brancas”, de propriedade do Grupo Votorantim. Em Guaíba, mais uma provisão limitada de casas para operários em posições estratégicas na empresa foi prevista pela fábrica de carne enlatada “Charqueada Guaíba”.

Nas montanhas ao noroeste da capital do Estado, onde assentamentos do século XIX compreenderam muitas colônias italianas, alguns estabelecimentos fabris forneceram provisões residenciais para operários. Talvez o local mais bem preservado seja Galópolis, criada pela companhia têxtil “Lanificio São Pedro de Galópolis”, dentro da área municipal de Caxias do Sul. Nessa cidade, alojamentos em número limitado para operários-chave foram registrados na “Fábrica Gethal”. Perto de Caxias do Sul, duas companhias de calçado construíram vilas residenciais para seus operários: a “Fábrica Piccadilly”, em Igrejinha, e a “Fábrica de Calçados Laruse”, na cidade de Três Coroas. Na cidade de Camará do Sul, a fábrica “Madeira Giacomet” também forneceu algumas moradias para seus operários.

Figura 4 – Casa construída pela Cia. Minas de Carvão de Arroio dos Ratos, no Rio Grande do Sul.



Foto: Philip Gunn, 1997

A cerca de cem quilômetros a oeste de Porto Alegre, a exploração de carvão provocou o surgimento de assentamentos iniciais das atuais cidades de Charqueadas, Arroio dos Ratos e Butiá. Com ligação ferroviária com Porto Alegre, surgiram algumas vilas de mineração, como a estabelecida pela companhia “Cia. Minas de Carvão Arroio dos Ratos”, posteriormente conhecida como “Copelmi”. Ao redor da cidade de Butiá, minas foram implantadas pelas companhias “Cia. das Minas Leão” na década de 1910, “Companhia Carbonífera Rio-Grandense” em 1917, “Cia. Minas de Carvão Jacuí” também em 1917 e “Cia. Minas do Recreio”, comprada pela Copelmi, em 1929. Uma forte união comercial de mineradoras surgiu em Butiá. Na segunda metade do século, as minas de carvão mencionadas tornaram-se o motivo para a localização de uma companhia especializada em produção de aço, a “Aços Finos Piratini”, que construiu um núcleo fabril para gerentes e operários em Charqueadas, onde o carvão foi também a razão para a fundação de uma estação de energia termoelétrica pela Copelmi, também dotada de casas para empregados e que teve sua direção assumida pela companhia de serviços públicos Eletrosul. Essa fonte de energia foi posteriormente a razão para a fundação do complexo petroquímico planejado de Triunfo nos anos 1970.

Ao sul do Estado, perto da entrada do estuário da Lagoa dos Patos, duas cidades, Pelotas e Rio Grande, possuem algumas vilas de companhia. Em Pelotas existe um assentamento ferroviário, a Vila Ferroviária da RFFSA. Em Rio Grande, a “Cia. Tecelagem Ítalo-brasileira” construiu casas para operários na década de 1920, bem como a “Indústria de Tecidos Rheingantz” criada antes de 1874, que criou uma ampla vila operária, além de escola, armazém cooperativo, ambulatório e clube para seus operários e gerentes. O porto de Rio Grande também possuiu uma vila residencial vinculada à produção de carne enlatada, da “Companhia Swift do Brasil”, que também contou com moradias e clube junto à unidade que possuiu em Rosário. Na área interiorana rural do sul de Rio Grande, várias ins-

talações industriais de processamento de arroz, situadas em fazendas com arrozais, possuíam alojamentos para os operários, como foi o caso da Vila Sarandi.

A menos de cem quilômetros de Pelotas, na área municipal de Pinheiro Machado, a fábrica de cimento do Grupo Votorantim, “Cia. Votoran”, criou um núcleo fabril. Próximo à fábrica Votoran, em Candiota, a companhia de serviço público de fornecimento de energia, CEEE, possui um assentamento residencial junto à sua usina termoelétrica. Mais adiante, a oeste, na cidade de Bagé, quatro matadouros e fábricas de enlatados de carne criaram moradias para operários: a “Charqueada S. Tereza”, a “Cia. Cicade”, o “Frigorífico Pampeano” (inicialmente “Frigorífico Santo Antônio”) e o “Frigorífico São Domingos”. A área rural entre Bagé e Uruguaiana, junto à fronteira sul, conhecida como os pampas, tem uma longa história de tradição de criação de gado. Essa região tem sido a localização de muitos matadouros, charqueadas e fábricas de enlatados de carne desde o início do século XX. Na área municipal de Rosário, um núcleo fabril completo, com sua área residencial, hotel e um campo de golfe, foi implantado pela “Companhia Swift do Brasil”. Próximo a Santana do Livramento está localizado o núcleo fabril fundado em 1917 pela “Companhia Armour do Brasil”. No extremo sudoeste do Estado, outra fábrica de enlatados de carne com alojamentos residenciais foi o “Saladeiro Uruguaiana”. Na mesma cidade de Uruguaiana, outra fábrica com provisão residencial foi a “Fábrica de Tecidos da Companhia Progresso da Fronteira”.

O Estado do Rio Grande do Sul também possui um número considerável de assentamentos associados com companhias de serviço público de abastecimento de energia e companhias ferroviárias. Alguns exemplos são a “Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil”, que construiu sua Vila Belga na cidade de Santa Maria. Além das usinas termoelétricas de Candiota e Charqueadas, outra estação de energia semelhante, com alojamento residencial, foi construída em Alegrete, no ano de 1969. Usina de energia hidrelétrica com áreas residenciais foi também construída em Passo Fundo, na década de 1970, junto à UHE Salto Santiago. Posteriormente, outra grande estação de energia hidrelétrica, a “UHE Ita-Machadinho”, com vilas residenciais, foi construída na fronteira com o Estado de Santa Catarina.

AS EMPRESAS AGRÍCOLAS E DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS NAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE

A região Centro-Oeste, por grande parte dos séculos XIX e XX, foi uma área de fronteira agrícola caracterizada por conflitos de terra com as nações indígenas locais. Goiás foi uma província conhecida, nos tempos coloniais, pelas atividades de mineração de diamantes, e a cidade de Cuiabá foi um assentamento militar estratégico na proteção das fronteiras do oeste do país. Ao sul, durante a década de 1920, a companhia ferroviária E. F. Noroeste penetrou o Estado de Mato Grosso e alcançou a cidade de Coxim, junto ao Rio Paraguai. Na segunda metade do século XX, a região começou a receber fluxos migratórios e a sediar assentamentos de colônias agrícolas. Porém, foi na década de 1970 que a imigração aumentou crescentemente com a chegada de cerca de dois milhões de imigrantes expulsos pela mecanização agrícola das áreas rurais do sul do Brasil, durante a conhecida revolução do grão de soja. Como foi dado seguimento à mecanização agrícola, esses imigrantes dirigiram-se mais ao norte, junto à fronteira oeste com a região amazônica. O arquivo Nuvila possui poucos registros para essa re-

gião. Um estudo de caso, que tem sido o tema de dissertações acadêmicas, é Sinop. O assentamento baseou-se em firmas de madeira freqüentemente com seus próprios alojamentos. Outros casos de exploração de recursos naturais têm sido os empreendimentos de mineração e serviços públicos de fornecimento de energia elétrica. Nos anos 1960, a Vila de Cana Brava, ou Vila Sama, foi construída pela companhia “Sociedade Anônima Mineração de Amianto (Sama)”, ao lado de sua mina de amianto em Uruaçu (depois Minaçu), em 1967. Na última década, o vale do Rio Tocantins tem sido o local para construção das mais recentes usinas hidrelétricas do país. Uma dessas usinas, a UHE Cana Brava, com sua própria área residencial, construída no final dos anos 1990, está situada na parte norte do Estado de Goiás.

Na região norte, a Amazônia brasileira é mais conhecida pelo meio ambiente rico da floresta tropical. No último século, nessa mesma área, essa herança natural foi acompanhada por uma importante história de experimentos específicos em localização industrial, quase todos ligados a alguns tipos básicos de recursos naturais para fins industriais. Látex para borracha, madeira para papel e celulose, arroz e outros produtos agrícolas são um exemplo disso. A indústria de mineração é outro exemplo, com uma diversidade considerável em escala, tecnologia, e nas características urbanas dos assentamentos envolvidos. Uma terceira categoria é a indústria de serviços públicos de fornecimento de energia, com muitos assentamentos e reassentamentos na região. As usinas hidrelétricas têm sido complementadas, nos anos recentes, pela descoberta de gás natural, e novos tipos de assentamentos industriais estão sendo implementados.

A Amazônia pode ser considerada um caso “extremo” para a história do assentamento industrial. Quase todos os locais pesquisados na região Norte envolvem contextos históricos de dificuldade, no que se refere às conseqüências produzidas pelo impacto dos esquemas de desenvolvimento envolvendo assentamentos industriais do século XX. Uma segunda característica da definição de “extremo” é a questão da “lonjura”, como utilizada na literatura sobre assentamentos industriais. Em uma região com o tamanho e as características de ocupação da Amazônia brasileira, a distância é acentuada pela mobilidade que, ainda nos tempos atuais, está amplamente baseada nas possibilidades de transporte fluvial. Uma terceira característica diz respeito às condições ecológicas e climáticas peculiares sob as quais o assentamento é empreendido. Essa concepção de excepcionalidade, quando comparada com o resto do Brasil antes da Segunda Guerra Mundial, poderia ser estendida para se dizer que muitos dos assentamentos industriais da Amazônia foram planejados deliberadamente, como projetados pelas firmas de consultoria de projetos de engenharia, arquiteturas e urbanas de fora da região.

Durante a primeira metade do século XX, a economia da Região Amazônica era dominada pelo comércio de borracha, particularmente nas áreas a oeste do que são hoje os estados do Acre e do Amazonas. Para produção de látex dentro do interior da Bacia Amazônica, um dos primeiros assentamentos industriais foi empreendido pela “Companhia de Motores Ford”. Nos Estados Unidos, a empresa preocupava-se com o desenvolvimento de suas próprias fontes de borracha para pneus, e uma equipe da indústria foi enviada à Amazônia para escolher uma localização adequada. Entre Itaituba e Santarém, na margem esquerda do Rio Tapajós, um assentamento inicial foi fundado e nomeado Fordlândia. Além das instalações industriais para o processamento de látex em estado natural, alojamentos residenciais para os operários, instalações urbanas ao lado da fábrica e outras vilas menores foram instalados na área. Uma praga surgida na folha das seringueiras levou a conclusões adversas sobre as condições microecológicas no primeiro assentamento. As

instalações foram então transferidas para um novo local, em Belterra, perto de Santarém. Todas as construções no núcleo urbano central de Belterra eram feitas de estruturas de madeira, com bangalôs importados dos Estados Unidos. Os métodos de produção americanos (sem a norma de remuneração diária de seis dólares) e os melhoramentos da Ford nas regras de administração de Henry Winslow Taylor foram aplicados, e outras peculiaridades da legislação americana, como a proibição de consumo de álcool, foram impostas. Entretanto, a produção em Belterra foi afetada pela mesma praga do primeiro assentamento e, no final da década de 1930, não podia mais competir com plantações de seringueiras alternativas na Ásia. A companhia então encerrou sua produção de látex no Brasil. Nos anos 1990, o local estava ocupado por uma cooperativa de seringueiros que continuava produzindo látex para luvas cirúrgicas, enquanto o núcleo da fábrica, em Belterra, encontrava-se relativamente bem conservado.

Além do látex para borracha, o crescimento da produção de papel, celulose e arroz tornou-se a finalidade de processamento e produção industrial em outro investimento estrangeiro de larga escala, nos anos 1970. Durante o governo militar do general Ernesto Geisel, o investidor norte-americano Daniel Ludwig empenhou-se em um projeto industrial inovador, situado à margem esquerda do Rio Amazonas, na divisa entre os estados do Pará e do Amapá. A unidade industrial foi projetada e construída na Ásia e trazida em um navio para o Brasil, onde navegou pelo Rio Amazonas até seu destino.

O empreendimento veio a ser conhecido como projeto Jari. Os incentivos financeiros e fiscais recebidos por Ludwig, o impacto ambiental das operações do projeto e a imigração e urbanização espontânea que acompanharam o projeto tornaram-se foco de crítica e debate nacional. Na situação de crise, associada à dívida externa e à inflação monetária dos anos 1980, o projeto Jari encontrou dificuldades financeiras consideráveis e foi abandonado por Ludwig. Nas últimas duas décadas do século XX, a instalação Jari estava sendo administrada por um grupo de investidores brasileiros, incluindo a família Antunes, e está envolvida na produção agroindustrial de arroz e eucalipto.

Assentamentos industriais para mineração e algumas vezes relacionados a instalações portuárias industriais são encontrados em muitas partes da Amazônia. A partir da Segunda Guerra Mundial, a atividade de exploração mineral passou a representar um “desenvolvimento” alternativo para a economia regional baseada na borracha. Isso levou a uma série de investimentos em mineração, estradas de ferro e instalações portuárias industriais. Um aspecto pronunciado de muitos dos assentamentos de mineração é sua natureza planejada, com o contrato pela empresa de escritórios de consultoria em engenharia e arquitetura para projetar as instalações residenciais, urbanas e infra-estruturas dos assentamentos projetados. Isso é exemplificado por um projeto de mineração de magnésio no então território federal do Amapá, onde, em 1947, a “Companhia Icomi” obteve os direitos para extração mineral em um local conhecido como Serra de Navio. Em 1955, o arquiteto paulista Oswaldo Bratke iniciou trabalho de projeto dos dois assentamentos residenciais da mina: as vilas Amazonas e Serra do Navio.

A mineração de bauxita está relacionada a outros assentamentos no Estado do Pará. Na margem esquerda do Rio Amazonas, a companhia “Mineração Rio do Norte” deu início a um projeto para um núcleo residencial, construído em 1979, quando as operações começaram na mina de Trombetas. Essa companhia de mineração é de propriedade do Grupo Votorantim, que possui também instalações e operações de bauxita em Paragominas, na parte leste do Pará. No início dos anos 1960, a mineração de estanho vinha ocorrendo de maneira informal em muitas áreas do oeste da Amazônia, com maior alcance na

base do Rio Tapajós e alguns locais de Rondônia. Pequenas companhias de mineração iniciaram então a construção de assentamentos de mineração, dois dos quais em Rondônia: a “Mineração Taboca S.A.”, que construiu a Vila Massangana, e a “Mineração Oriente Novo”, que criou a Vila Cachoeirinha.

A principal área de exploração mineral da Amazônia, desde os anos 1970, tem sido Carajás, situada na parte sudeste do Estado do Pará. No início daquela década, o governo militar vinha dando suporte ao estudo geológico de larga escala conhecido como Radam, no curso do qual se descobriu em Carajás um depósito com grande concentração de minério de ferro. Ao mesmo tempo, ouro foi descoberto em um local a cerca de cinquenta quilômetros de distância, conhecido como Serra Pelada. Essa descoberta imediatamente provocou a desordenada corrida pelo ouro, com a chegada de milhares de pobres garimpeiros. A corrida do ouro resultou na fundação de dois assentamentos urbanos espontâneos. Um deles no local de mineração que era controlado pela união de comércio de mineiros, que inicialmente não permitia a presença de mulheres e crianças no assentamento de Serra Pelada. As famílias ficavam a cerca de trinta quilômetros distante do local, junto à estrada entre Marabá e Carajás. A cidade, nas décadas seguintes, tornou-se uma área de autoridade local municipal com o nome de Curionópolis.

Durante os anos 1980, enquanto Serra Pelada fervilhava de garimpeiros, a cidade de Curionópolis também crescia exponencialmente. Ao mesmo tempo, investimentos governamentais de larga escala levaram à construção de um núcleo residencial planejado e de infra-estrutura para a mineração, incluindo um aeroporto em Carajás. Essa foi concebida para ser um exemplo do Brasil de cidade-empresa planejada, projetada pelo escritório paulista de Figueiredo Ferraz, sob a direção da então estatal “Companhia Vale do Rio Doce” (CVRD) cujas operações no sudeste do Brasil já foram mencionadas neste artigo. Para deslocar o minério de ferro moído e transformado para um porto de exportação, a CVRD construiu uma ferrovia de novecentos quilômetros ligando Carajás ao porto de Itaqui, perto de São Luiz. Em Itaqui, alojamentos residenciais foram fornecidos para os operários-chave da CVRD. A ferrovia passava pelo Vale de Pindaré, no Maranhão, e cruzava, no interior do Estado do Pará, em uma moderna estrada e ponte de trilhos, sobre o Rio Tocantins-Araguaia para chegar à cidade regional de Marabá. De Marabá, a conexão ferroviária dirigia-se para uma estação ferroviária terminal de passageiros no sopé da montanha de Carajás, chamada Paraopebas, enquanto os vagões de carga dirigiam-se para as minas. Paraopebas tornou-se o ponto de controle de entrada na propriedade da CVRD. Se Paraopebas é vista como uma criação da companhia, seu oposto não-oficial e não-planejado foi o assentamento espontâneo que surgiu junto a ela, Rio Verde, servindo ao mercado de trabalho de larga escala criado pelas operações mineradoras oficiais e não-oficiais na região. Para aumentar a complexidade do ambiente político e social do local, é preciso recordar-se que o sudeste do Pará foi palco, nos anos 1970, de uma das mais acirradas disputas de terra envolvendo interesses associados a agronegócios de larga escala, pobres migrantes sem terra e nações indígenas locais. O projeto Carajás foi apresentado como o maior projeto de desenvolvimento local. A segunda geração de benefícios de desenvolvimentos abarcados junto à linha de trem, através do Maranhão, foi a inclusão de cerca de dez assentamentos urbanos, onde o minério da CVRD poderia ser parcialmente transformado em produtos de ferro-gusa. Em 1992, duas fábricas de ferro-gusa foram construídas com alojamentos residenciais em Marabá, no Pará, e na cidade fronteira de Açailândia, no Estado do Maranhão. Essas

fundições exigiram grandes quantidades de carvão que sucessivamente levaram à devastação de florestas no Vale de Pindaré. No final da década, planos mitigadores foram requeridos para o reflorestamento planejado e o uso racional de madeira das florestas na região.

No final dos anos 1970, os amplos depósitos de bauxita da região levaram a um projeto de interesse de uma companhia de alumínio internacional, incluindo a Alcan, para a construção de uma fábrica de alumínio de larga escala no nordeste do Pará, perto de Barcarena, hoje localizada na área metropolitana de Belém. Isso levou sucessivamente à construção de outras fábricas pela companhia de alumínio internacional, incluindo interesses americanos para o assentamento de uma fábrica alternativa conhecida como Alumar, próxima à capital do Estado do Maranhão, São Luiz. Ainda na década de 1970, o projeto Barcarena compreendia um assentamento de cidade da companhia projetado pelo arquiteto paulista Joaquim Guedes, que foi responsável pelo assentamento da mineração de cobre em Pilar, na Bahia, e por um plano de cidade não implementado para o centro regional de Marabá. Ambos os empreendimentos, Alunorte e Alumar, fundamentavam-se nas dependências da infra-estrutura do porto para a chegada de minério de bauxita e para o despacho de produtos de alumínio. Entretanto, uma dependência industrial mais importante era a exigência de um fornecimento abundante e barato de energia elétrica para o processamento do alumínio. Em Brasília, essa exigência foi aceita pelos governos militares, e a gigantesca barragem hidrelétrica de Tucuruí foi construída nos rios Tocantins-Araguaia, ao norte do centro regional de Marabá.

Na história de assentamentos de instalações de serviços públicos de fornecimento de energia hidrelétrica e gás natural na Amazônia brasileira, a barragem da Tucuruí, usinas de energia e consideráveis assentamentos residenciais possuem uma situação peculiar quanto às características de assentamento e relação com o meio ambiente. Sua posição ambiental especial se deve amplamente aos impactos não-planejados que ocorreram durante o período de construção. Inicialmente, estoques de Agente Laranja, substância mortífera usada para desmatamento na Guerra do Vietnã, foram comprados para limpar a área do reservatório da represa. Interrompida a prática pela pressão da opinião pública local e nacional, grande parte da área do reservatório não foi limpa antes do alagamento. Uma das conseqüências ecológicas dos materiais orgânicos em decomposição da represa foi a produção de novas espécies de mosquitos que prejudicavam o assentamento e a criação de gado perto das áreas próximas ao lago. Cerca de três novas áreas residenciais para as residências que haviam sido relocadas da antiga área do lago tiveram que ser abandonadas, e a população novamente relocada. A construção da represa foi prevista mediante um plano a ser implementado em duas fases. A segunda fase previa o alargamento do tamanho dos canais e comportas (eclusas) do curso d'água, que tornaria navegável nos rios Tocantins-Araguaia. A segunda fase não se concretizou nas décadas de 1980 e 1990, enquanto uma grande parte das áreas residenciais abandonadas começou a retornar à sua condição de floresta. Outras conseqüências não previstas do projeto Tucuruí incluem a descoberta de depósitos de minério de quartzo no leito do rio. Isso levou a firma "Camargo Correa" a construir uma fábrica de processamento de quartzo localizada perto da represa e um empreendimento para a produção do carvão industrial requerido pela fábrica, também situado próximo à represa, em Novo Breu Branco. Uma visita em 1992 demonstrou o crescimento desse assentamento e o aparecimento de produtores de carvão espontâneos, envolvidos em operações de corte e transporte de madeiras da floresta natural. Nessa época, o custo desse carvão equivalia a menos da metade do custo de seu equiva-

lente de reflorestamento industrial. Outra consequência ecológica adversa incluiu o desemprego em famílias de pescadores nas extensões mais baixas do rio. Nas extensões superiores da represa, a decisão de inserir no reservatório espécie de “Bagre Africano” resultou na tendência de extinção de outras espécies de peixes. Os assentamentos residenciais perto da represa ficavam a uma distância de cerca de quinze a vinte quilômetros da preexistente cidade de Tucuruí, porém até o princípio dos anos 1990 pouco empenho foi feito para reduzir o caráter de “enclave” dos assentamentos da represa.

Para a companhia estatal “Eletronorte”, os efeitos pedagógicos de sua experiência em Tucuruí foram complementados pela experiência das medidas iniciais de um novo projeto de energia hidrelétrica, situado a cerca de duzentos quilômetros a oeste de Marabá, em Altamira. O grande projeto de desenvolvimento de Altamira estava agora nas mãos de um governo federal civil, que acrescentou uma nova dimensão política na metade dos anos 1980, na tentativa de dialogar com colonos e nações indígenas. Grandes negociações realizadas em Altamira, em 1986, e uma ação de onze grupos de índios diferentes levaram ao arquivamento do projeto da UHE Altamira. Em outras partes da região amazônica, pequenos projetos hidrelétricos possuem suas próprias histórias de assentamentos específicos. Esses incluem a UHE Samuel, perto de Porto Velho, em Rondônia; a UHE Balbina, ao norte de Manaus; e a UHE Curuá-Una. Atualmente, as grandes companhias de construção do Brasil estão envolvidas em projeto da Eletronorte, acima do Rio de Tucuruí, no Estado de Tocantins. No rio com o mesmo nome, outra grande usina de energia hidrelétrica está em construção, em uma pequena cidade chamada Lajeado.

Uma exceção à característica de “distanciamento” dos assentamentos industriais pode ser encontrada em Manaus, mediante uma provisão residencial associada às refinarias de petróleo instaladas por Isaac Sabbá no ano de 1957, e adquiridas pela Petrobras em 1971.

MAPEANDO A HERANÇA INDUSTRIAL BRASILEIRA EM MEIO ÀS MUDANÇAS DOS CONCEITOS DE ASSENTAMENTO

O objetivo principal deste artigo foi tentar esboçar, mais que descrever, a geografia da herança industrial do Brasil, para o caso das indústrias dotadas de moradias para seus empregados. Das fábricas têxteis e engenhos de açúcar do século XIX até as áreas residenciais das usinas de energia nuclear no final do século XX, diferentes conceitos e condições de uso e reprodução de mão-de-obra acompanharam a peculiar experiência brasileira de industrialização. As minas de companhias inglesas com mão-de-obra escrava, as peculiaridades da produção fabril têxtil no Recife, no Rio de Janeiro e em outros lugares, assim como a versão Henri Ford do taylorismo em Fordlândia e Belterra, na Amazônia, descrevem, cada uma delas, diferentes condições de trabalho com implicações nos conceitos históricos de assentamentos. Enquanto o trabalho da pesquisa em material bibliográfico continua, algumas vezes revela novas tendências nos padrões de assentamento. Para as companhias industriais, o século XX trouxe novas preocupações públicas e privadas sobre o impacto ambiental de projetos de desenvolvimento; preocupações referentes à distância e à logística dos recursos naturais, à integração regional e à resolução de eventuais conflitos sociais nos assentamentos. Esses interesses nascem em condições de mudança de pa-

drões sociais da integração de mercado e regulação do Estado e de alteração das concepções neoliberais da participação profissional e da organização institucional da companhia. Entretanto, a herança da prática industrial acumulada continua a pesar bastante na herança urbana do Brasil.

Dada a extensão do número de assentamentos industriais localizado neste artigo, algumas considerações brasileiras devem ser expressas pelo uso de conceitos-chave, como o de cidades de companhia, vilas de fábrica e núcleo industrial. Fatores históricos, culturais e lingüísticos específicos do país influenciam autores que abordam estudos de caso, alguns dos quais no Brasil têm apropriado e generalizado o uso do termo “cidade de companhia”, de origem americana.¹¹ O termo em si tem sido definido por John Garner (1992, p.3) do seguinte modo: uma *company town* “é um assentamento construído e operado por uma única empresa comercial”. Margaret Crawford (1995, p.1) tem usado uma definição um pouco mais ampla para *company town* tirada da *Enciclopédia de ciências sociais*: “uma comunidade habitada principalmente por empregados de uma única companhia ou grupo de companhias que também são proprietárias de uma parte substancial dos bens imóveis e casas”. Esses conceitos possuem o problema tradicional enfrentado nos estudos urbanos com o tamanho do assentamento pela escala contínua de vilas, centros e cidades. Existem muitas vilas industriais, e, neste artigo, o termo núcleo fabril é usado de modo a denotar um assentamento isolado de cidade preexistente criado por empresa industrial. Além disso, a definição usada por Crawford poderia tender a considerar assentamentos de pequeno porte. A tradução desse termo inglês para outras línguas tem sido um problema de longa data, e, no caso brasileiro, os termos tornam-se algumas vezes confusos com seu uso, como sede de municípios, isto é, cidades. Nos tempos coloniais, assentamentos urbanos com governo local eram chamados de vilas ou cidades. Entretanto, no final do século XIX e durante todo o XX, o termo vila veio a ser associado a pequenos povoados, bem como a conjuntos residenciais ou bairros, com ou sem o acompanhamento de equipamentos urbanos. O segundo sentido residencial em que é usado surge quando aplicado a assentamento industrial no Brasil. Em outras palavras, no Brasil algumas vezes usa-se o termo vila operária para descrever uma pequena quantidade de casas pertencentes a uma companhia. Uma vez que este artigo está levando em consideração o caso do Brasil, o uso desse termo para qualificar áreas residenciais é mantido quanto se trata de grupos de casas situadas em cidades. O conceito de indústria usado neste artigo segue o padrão de definição de economistas do século XX, que nele incluem as categorias extrativa, de transformação e de utilidade pública, embora atualmente assentamentos de agronegócios ou centros logísticos de transporte estejam rompendo essas fronteiras, com assentamentos agrícolas, de pesca e de silvicultura, e aqueles baseados nas atividades do setor terciário da companhia.

Muitos dos termos industriais utilizados na literatura concernente ao tema também mudam com o tempo. No século XIX, engenhos tornaram-se fábricas, ferrarias tornaram-se fundições com alto-fornos, e negócios de construção de barcos e navios tornaram-se estaleiros. No século XX, para novas indústrias, alguns aspectos dessa mudança podem ser literalmente vistos como complexos. O petróleo começou a ser transformado em fábricas que se tornaram refinarias. Em seguida, muitas fábricas químicas e refinarias de petróleo progrediram para se tornar complexos petroquímicos. Centrais elétricas às vezes transferiram-se da posição de funcionamento junto a fábricas ou a linhas ferroviárias para se tornar localmente associadas com energia nuclear. A modificação da terminologia industrial

¹¹ Ver, por exemplo, Trindade Junior & Rocha (2002, p.22).

histórica não necessária ou facilmente sobrepuja as fronteiras lingüísticas para encontrar significados semelhantes. Um desses casos no Brasil tem sido o uso do termo usina. Desde os tempos coloniais, o processamento de cana-de-açúcar aumentou em escala com novas tecnologias industriais e recebeu a cana-de-açúcar em estado natural de muitas plantações que não necessariamente pertenciam ao mesmo dono. A fim de evitar confusão com os engenhos preexistentes, as novas instalações do final do século XIX foram, portanto, chamadas “usinas centrais”, dado que o termo está estreitamente associado a uma concentração de maquinaria e de cana processada que pode vir de muitas plantações individuais. O mesmo sentido de maquinaria concentrada, envolvendo o caso de turbinas e transformadores, em seguida levou à aplicação do termo para o caso de produção de energia, por companhias de serviços públicos, e é agora comum tanto para usinas nucleares quanto para usinas hidrelétricas, ainda que os padrões de assentamento em cada caso possam ser bastante diferentes.

Outro conceito-chave nesse campo de estudo tem sido o de *remoteness* (distanciamento), muito freqüentemente usado para descrever casos de exploração industrial de recursos naturais, onde assentamentos de companhia são exigidos em áreas sem a existência de infra-estrutura urbana. No caso da literatura norte-americana, essa condição é freqüentemente usada para descrever a diferença entre vila e acampamentos. Entretanto, acampamentos também implicam a característica de serem temporários em sua natureza, como o caso de locais de “acampamentos de obras” de larga escala, de minas onde a exploração tem um curto período de vida, de atividades extrativas ou de assentamentos industriais onde a substituição de tecnologia envolve mudança de localidade. A troca de tecnologia de transporte afeta a mobilidade e a acessibilidade e também muda a condição e o significado de “distanciamento” para a organização operacional industrial e das muitas condições da localização do assentamento.

Um caso específico de “distanciamento” no arquivo Nuvila envolve os assentamentos que estão sendo empreendidos no coração da floresta tropical amazônica, em Urucu e Coari. Esses assentamentos são baseados em investimentos da Petrobras. Em 1978, a companhia descobriu os campos de gás de Juruá e, em 1986, descobriu os campos de petróleo e gás natural de Urucu, na Amazônia central, onde a perfuração comercial teve início. Outros poços se mostraram promissores no leste da base de Urucu, em 1987, e no sudoeste da base, no ano seguinte. Ainda centrada na província mineral de Urucu, o poço Igarapé Marta começou sua produção em 1990, e os poços Carapanaúba e Cupiúba, em 1998. No mesmo ano, um gasoduto foi criado ligando a base de Urucu ao porto de Coari, onde a Petrobras possui a Refinaria Isaac Sabbá. Atualmente, a companhia está empenhada na obtenção de aprovação ambiental para um novo polêmico duto de gás natural ligando Coari a Manaus.¹²

Para a teoria do assentamento industrial, o caso de Urucu interessa especialmente por representar uma tendência do início do século XXI. Esse caso, de fato, parece exigir novas categorias marítimas e terrestres de “distanciamento”. A partir da década de 1970, a Petrobras efetuou grandes investimentos em tecnologia de extração de petróleo em águas profundas, seguindo a descoberta de consideráveis depósitos de petróleo cru ao largo da costa norte do Estado do Rio de Janeiro. Os depósitos em águas profundas estão na bacia geológica de Campos, e as plataformas da companhia representam um novo tipo de assentamento de empresa, nesse caso sem a presença de famílias ou instalações urbanas. Novos regimes de trabalho mudaram o conceito de regeneração de mão-de-obra, com sistemas quinzenais ou mesmo mensais de alternância

12 Ver Francisco José. “Amazônia, a última cruzada”, Coari. Disponível em: < www.cnbb.org.br/amazonia/ultimacruzada.doc>, download 26.9. 2004; Bety Rita Ramos, “Profissionais do Sistema Confea/Crea conhecem *in loco* a base petrolífera na Amazônia”, Brasília, quinta-feira, 1.8.2002. Disponível em: < <http://www.confea.org.br/noticias.asp?IdNoticia=64>>; e Bonfim Ronaldo “Ação da Petrobras na Amazônia”, *Jornal do Comércio*, 6.4.2004.

de tempo de folga e trabalho. Para assentamentos do tipo plataforma de petróleo, o conceito de flexibilidade adquiriu novos significados, quando o transporte por meio de ônibus e bicicletas foi substituído por helicópteros, quando as casas de família deram lugar a alojamentos e quando campos de futebol foram trocados por telas mínimas de vídeo. O que agora aparece como revolucionário no assentamento de Urucu é a transposição para a floresta amazônica de métodos das plataformas marítimas, onde as bases da produção assumem o conteúdo, mas não necessariamente a forma de plataformas. Em Urucu, o heliporto da plataforma foi substituído por uma longa pista de pouso e decolagem de 1.300 metros, uma vez que aviões são mais baratos que helicópteros para transportar os 479 operários e suprimentos em uma base de alternância de quinze dias, como no ambiente marítimo. A hostilidade nesse ambiente também tem que ser conceitualmente revista, dado que esse termo pode incluir agora as nações indígenas impactadas pelos investimentos, bem como o crescimento de Organizações Não-Governamentais e a expressão da opinião pública identificada com as diferentes causas ambientais e políticas.

Assentamentos de companhia flexíveis que podem ter suas instalações criadas, fechadas ou expandidas, e que podem ampliar ou cortar despesas de acordo com as condições ambientais em área remotas, surgem como uma tendência do século XXI e dos tempos neoliberais. Do ponto de vista de uma companhia, o meio ambiente pode ser compreendido da perspectiva dos negócios e do impacto social, assim como em termos ecológicos. Para o governo, o meio ambiente pode ser entendido em termos ecológicos, mas também em termos políticos e militares. John Garner (2004) tem sugerido a aproximação dos assentamentos industriais do futuro com os assentamentos militares flexíveis, tal como os que estão sendo construídos e usados no Iraque e no Afeganistão. Urucu, em uma remota floresta amazônica, marca um precedente de novos tipos de assentamentos industriais baseados em plataformas e acampamentos militares modulares. De algum modo, essas bases para exploração de petróleo inserem-se de forma peculiar na história da urbanização no Brasil desde os assentamentos coloniais tributários de modelos da Renascença européia, que também tiveram inspiração militar baseada no *Castrum Romano*.

Philip Gunn foi professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Telma de Barros Correia é professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. E-mail: tcorreia@sc.usp.br.

Artigo recebido em outubro de 2005 e aceito para publicação em outubro de 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAY, E. A. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.
- BURTON, R. F. *Viagens aos planaltos do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983. t.I. (Coleção Brasileira, 197)
- CORREIA, T. B. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas: Papyrus, 1998.
- CRAWFORD, M. *Building the Working Man's Paradise – the design of american company towns*. London: Verso, 1995.
- EGAS, E. *Galeria dos presidentes de S. Paulo período Monarchico 1822-1889*. São Paulo: Seção de Obras do Estado de S. Paulo, 1926. p.470.
- GARNER, J. (Ed.) *The Company Town – Architecture and Society in the Early Industrial Age*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- GARNER, J. Understanding the Single-Enterprise Town, Champaign III. In: Simpósio “A organização do território pelo capital: o caso das vilas operárias

- e núcleos gerados por empresas”, Universidade de São Paulo (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), São Paulo, setembro 2-3, 2004.
- GUNN, P. Os precursores de cidades empresariais na produção de assentamentos por companhias e colônias no século XVII e XVIII. *Anais do VII Encontro Nacional Anpur*, Recife, 26-30.5.1997.
- HIMELFARB, A. *The social characteristics of one-industry towns in Canadá: a background report*. Ottawa: Royal Commission on Corporate Concentration, 1976.
- LEITE LOPES, J. S. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- LEVENSON, R. *Company Towns: a bibliography of American and foreign sources*. Monticello, III: Council of Planning Librarians, 1977.
- LIBBY, D. C. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- MAGUIRE, R. K. *Socio-economic factors pertaining to single-industry resource towns in Canada: a bibliography with selected annotations*. Chicago, III: CPL, 1980.
- PESAVENTO, S. J. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PORTEOUS, J. D. *The single-enterprise community in North America*. Monticello, III: Council of Planning Librarians, 1971.
- PRAGNELL, H. *Industrial Britain – an architectural history*. London: Ellipsis, 2000.
- RAMALHO, J. R. *Estado-patrão e luta operária: o caso da FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- STEIN, S. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SZMRECSÁNYI, T.; MARANHÃO, R. *História de empresas e desenvolvimento econômico*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, Imprensa Oficial, 2002.
- TRINDADE JUNIOR, C. C.; ROCHA, GM. (Ed.) *Cidade e empresa na Amazônia – gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Para-Tatu, 2002.
- TRINDER, B. *Industrial Heritage of Britain*. Basingstoke: Automobile Association, 1988.
- WRITE, A. G. *Architecture of the Company Town: a selected bibliography*. Monticello, II: Vance Bibliographies, 1983.

A B S T R A C T *Because of the predominance of rural export production of commodities such as sugar, coffee and cotton, the history of Brazilian industrialization in the XIX and the first half of the XX centuries has tended to be partial both in its thematic and in its geographical extent. The expansion of a coffee economy and the late eighteenth century arrival of new industrial centralized sugar cane processing sustained the dominance of export commodity production while allowing the emergence of an industrial textile sector which expanded geographically and economically in the XX century. The absence of industrial census information before 1920 has inhibited general surveys of industrial history. The current paper attempts to address this historical evolution from the particular viewpoint of industrial settlement with characteristics which contained an urban dimension in terms of work force housing and social facilities. Since 1996 an archive of industrial*

P H I L I P G U N N , T E L M A D E B A R R O S C O R R E I A

settlements with housing provision has been partially elaborated for more than 80% of the country's territory. The article has been based on ongoing site visits and bibliographic research on accumulated case histories of industrial establishments in each region in the period of 1810 up to the present.

K E Y W O R D S *Industrial geography; industrial archeology; company-town.*